



Câmara dos Deputados

CVT COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

Relatório Anual

Brasília - 2024

2024



Mesa Diretora da Câmara dos Deputados
57ª Legislatura (2023-2027) - 1ª Sessão Legislativa Ordinária

Presidente

Arthur Lira

1º Vice-Presidente

Marcos Pereira

2º Vice-Presidente

Sóstenes Cavalcante

1º Secretário

Luciano Bivar

2ª Secretária

Maria do Rosário

3º Secretário

Júlio Cesar

4º Secretário

Lucio Mosquini

Suplentes de Secretários

1º Suplente

Gilberto Nascimento

2º Suplente

Pompeo de Mattos

3º Suplente

Beto Pereira

4º Suplente

André Ferreira

Diretor-Geral

Celso de Barros Correia Neto

Secretário-Geral da Mesa

Luís Otávio Veríssimo Teixeira

Comissão de Viação e Transportes - CVT

Presidente

Gilberto Abramo

1º Vice-Presidente

Paulo Alexandre Barbosa

2º Vice-Presidente

Luiz Fernando Faria

3º Vice-Presidente

Guilherme Uchoa

Departamento de Comissões

João Batista Silva Aragão Junior

Projeto Gráfico

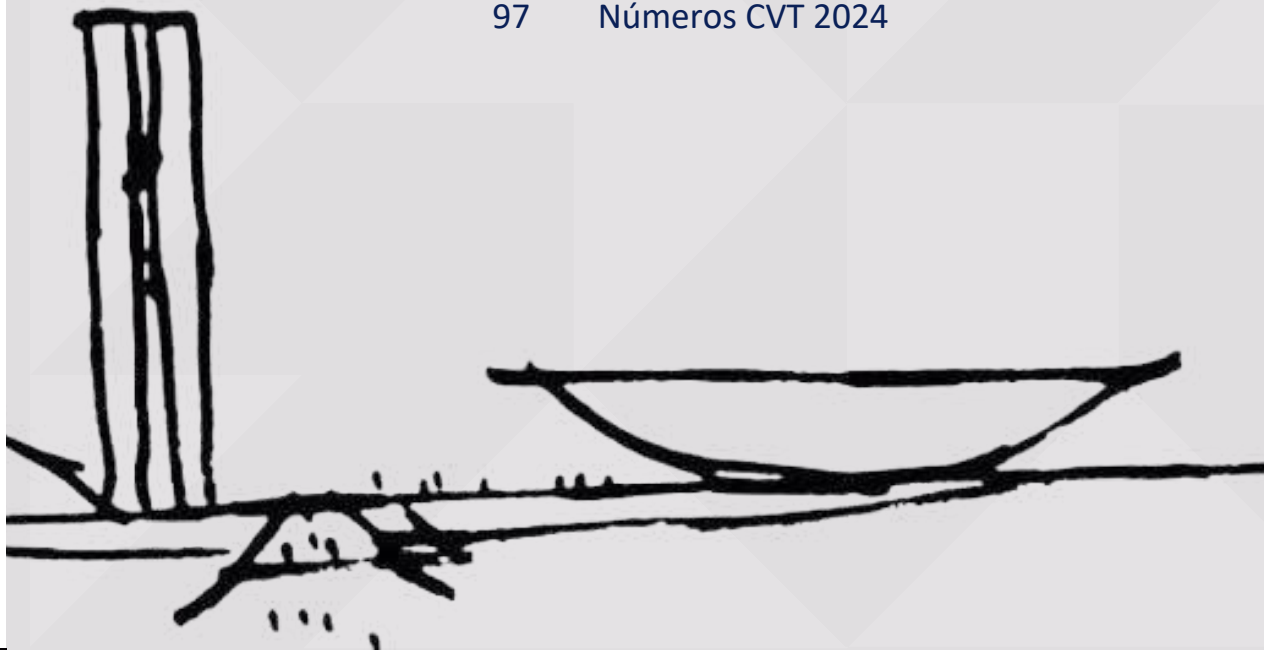
Ludmilla Gonçalves

Fotos

Agência Câmara

SUMÁRIO

06	Apresentação
09	Agradecimentos
12	Membros da CVT
15	Proposições Apreciadas
58	Requerimentos Apreciados
71	Audiências Públicas
81	Seminários
88	Mesas Redondas
93	Visitas Técnicas
97	Números CVT 2024



APRESENTAÇÃO

É com profundo senso de responsabilidade que apresentamos o Relatório Anual das atividades da Comissão de Viação e Transportes da Câmara dos Deputados. Este documento reflete o intenso trabalho realizado ao longo do ano legislativo de 2024, marcando avanços significativos no setor de transportes, um dos pilares essenciais para o desenvolvimento econômico e social do Brasil.

Ao longo deste ano, a Comissão realizou quarenta e sete reuniões, sendo vinte e três deliberativas e vinte e quatro audiências públicas. Durante esses encontros, ouvimos 153 especialistas, representantes da sociedade civil e autoridades, o que proporcionou debates estratégicos e enriquecedores sobre temas cruciais para o setor. Foram apreciados 182 projetos, incluindo Projetos de Decreto Legislativo, Projetos de Lei Complementar e Projetos de Lei Ordinária, além de 96 requerimentos para a realização de eventos, pedidos de informações aos ministérios e indicações ao Poder Executivo.

Entre os eventos de destaque, realizamos o tradicional Seminário Brasileiro do Transporte Rodoviário de Cargas, em parceria com a NTC&Logística. O evento debateu os impactos da reforma tributária sobre o transporte de cargas no Brasil. Esta iniciativa aprofundou a compreensão dos desafios e oportunidades apresentados pela reforma e reforçou a necessidade de estratégias que promovam a competitividade e a sustentabilidade do setor.

APRESENTAÇÃO

Outro marco foi o 1º Seminário Internacional Portuário, que contou com a participação de vários embaixadores e representantes consulares. Este evento trouxe contribuições estratégicas para o fortalecimento dos portos brasileiros, destacando a importância da integração às melhores práticas globais. As discussões enfatizaram a necessidade de cooperação internacional como um caminho para alcançar excelência operacional e competitividade no cenário marítimo.

Além disso, realizamos visitas técnicas e mesas redondas em vários estados, atendendo às demandas dos parlamentares deste colegiado. Também conseguimos uma pauta de consenso para a aprovação de sugestões ao Projeto de Lei Orçamentária e à Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2025, o que demonstra o comprometimento da Comissão com o planejamento estratégico e a gestão eficiente dos recursos públicos.

Os desafios enfrentados pelo setor de transporte em nosso país são profundos e complexos. A modernização da infraestrutura rodoviária, a expansão da malha ferroviária, o fortalecimento do transporte aquaviário e a garantia de acessibilidade e eficiência no transporte público urbano ainda são necessidades urgentes. Entretanto, avanços reais só serão possíveis se superarmos soluções fragmentadas e transitórias. O Brasil precisa adotar um plano de Estado: políticas públicas de longo prazo que transcendam ciclos governamentais e priorizem o crescimento contínuo e equilibrado do setor.

APRESENTAÇÃO

Investir em transporte é muito mais do que resolver questões logísticas; é construir pontes para integrar o país, reduzir desigualdades regionais e ampliar o acesso às oportunidades. Um sistema de transporte eficiente impulsiona o crescimento econômico, reduz custos de produção, atrai investimentos e melhora a qualidade de vida da população.

O trabalho desta Comissão tem como premissa buscar soluções concretas que impactem positivamente a vida dos brasileiros e promovam a integração nacional. Apesar das limitações e desafios enfrentados, seguimos determinados a construir políticas públicas que atendam às reais necessidades do setor e entreguem benefícios duradouros para o Brasil.

Que este relatório seja, mais do que um registro das ações realizadas, uma fonte de inspiração para reflexões e decisões que fortaleçam o sistema de transporte nos anos vindouros. Agradeço a cada parlamentar, servidor, especialista e cidadão que contribuiu para que as atividades desta Comissão pudessem avançar com seriedade, compromisso e eficiência. Juntos, podemos construir um Brasil mais conectado, competitivo e justo para todos.

Gilberto Abramo

Presidente da Comissão de Viação e Transportes

Agradecimento aos Servidores da Comissão de Viação e Transportes

Ao longo de 2024, a Comissão de Viação e Transportes alcançou importantes avanços, resultado do esforço conjunto de todos os que se dedicaram a esse trabalho. Nada disso seria possível sem a competência e o comprometimento dos servidores que, com agilidade e excelência, conduziram cada etapa do processo.

Foi inspirador testemunhar o profissionalismo e a precisão com que cada tarefa foi executada, sempre com atenção às demandas da sociedade e aos desafios da mobilidade no Brasil. Esse empenho individual e coletivo permitiu consolidar ações que deixam um legado positivo e pavimentam caminhos para um futuro mais eficiente e sustentável.

Com especial apreço, registro minha gratidão a **Rita Rocha Fukuhara de Carvalho, Graziela Pontes Veloso, Raimundo José Alves e Giovanna Siessere Gugelmin**. A dedicação de cada um de vocês fez toda a diferença e fortaleceu as bases do trabalho realizado ao longo deste ano.

Obrigado por caminharem comigo nessa jornada e por fazerem do serviço público uma verdadeira ferramenta de transformação.

Com respeito e reconhecimento,

Gilberto Abramo

Presidente da Comissão de Viação e Transportes



Agradecimento aos Membros da Comissão de Viação e Transportes

A colaboração entre parlamentares foi crucial para os avanços alcançados pela Comissão de Viação e Transportes em 2024. Os desafios que enfrentamos exigiram um esforço conjunto e a disposição para construir consensos em questões fundamentais para a mobilidade e a infraestrutura do Brasil. Como disse Confúcio: "O homem que move montanhas começa carregando pequenas pedras." Essa citação nos lembra que grandes mudanças são possíveis quando damos os primeiros passos, mesmo que sejam pequenos.

Cada deputado trouxe contribuições valiosas, enriquecendo os debates e ampliando as perspectivas necessárias para decisões equilibradas e eficazes. A pluralidade de ideias, aliada ao compromisso com o interesse coletivo, foi essencial para o sucesso das iniciativas discutidas e aprovadas ao longo do ano.

O empenho de todos os parlamentares não apenas fortaleceu a CVT, mas também o processo legislativo como um todo, demonstrando que a construção de políticas públicas de impacto só é possível por meio da colaboração e do diálogo contínuo.

Agradeço a cada deputado que integrou esta Comissão pela dedicação e parceria nesta jornada. O trabalho realizado deixa marcas importantes e prepara o caminho para futuras iniciativas que beneficiarão a população brasileira.

Com gratidão e respeito,

Gilberto Abramo

Presidente da Comissão de Viação e Transportes

Membros da CVT



Presidente

**Gilberto
Abramo**

REPUBLICANOS/MG



1° Vice-Presidente

**Paulo Alexandre
Barbosa**

PSDB/SP



2° Vice-Presidente

**Luiz Fernando
Faria**

PSD/MG



3° Vice-Presidente

**Guilherme
Uchoa**

PSB/PE

TITULARES



Airton Faleiro
PT/PA



Alex Santana
REPUBLICANOS
BA



Antônia Lúcia
REPUBLICANOS
AC



Bruno Costa
PL/SE



Bruno Ganem
PODE/SP



Cristiane Lopes
UNIÃO/RO



Darci de Matos
PSD/SC



Diego Andrade
PSD/MG



Duda Ramos
MDB/RR



Gerlen Diniz
PP/AC



Gilberto Abramo
REPUBLICANOS
MG



Guilherme Uchoa
PSB/PE



Gutemberg Reis
MDB/RJ



Helena Lima
MDB/RR



**Hercílio Coelho
Diniz**
MDB/MG
Vaga do Federação
PSOL-REDE



Juninho do Pneu
UNIÃO/RJ

SUPLENTES



Abilio Brunini
PL/MT



Afonso Hamm
PP/RS



Alencar Santana
PT/SP



**Alexandre
Lindenmeyer**
PT/RS



**Antonio Carlos
Rodrigues**
PL/SP



Bebeto
PP/RJ



**Cezinha de
Madureira**
PSD/SP



Cobalchimi
MDB/SC



Dal Barreto
UNIÃO/BA



Daniel Trzeciak
PSDB/RS



**Delgado Fabio
Costa**
PP/AL



Denise Pessôa
PT/RS



Filipe Martins
PL/TO



Gabriel Nunes
PSD/BA



Hugo Leal
PSD/RJ



Jonas Donizette
PSB/SP

TITULARES



**Luiz Carlos
Buçato**
UNIÃO/RS



**Luiz Fernando
Faria**
PSD/MG



Marco Brasil
PP/PR



Mauricio Neves
PP/SP



**Paulo Alexandre
Barbosa**
PSDB/SP



**Robério
Monteiro**
PDT/CE



Rosana Valle
PL/SP



Rosângela Reis
PL/MG



Rubens Otoni
PT/GO



Zé Trovão
PL/SC

SUPLENTES



Junior Lourenço
PL/MA



**Luciano
Azevedo**
PSD/RS



Luciano Vieira
REPUBLICANOS/RJ



**Lucyana
Genésio**
PDT/MA



Marcos Tavares
PDT/RJ
Vaga da Federação PSOL-REDE



**Mauricio
Marcon**
PODE/RS



Maurício Carvalho
UNIÃO/RO



Neto Carletto
PP/BA



Nicoletti
UNIÃO/RR



Rafael Prudente
MDB/DF



**Renilce
Nicodemos**
MDB/PA



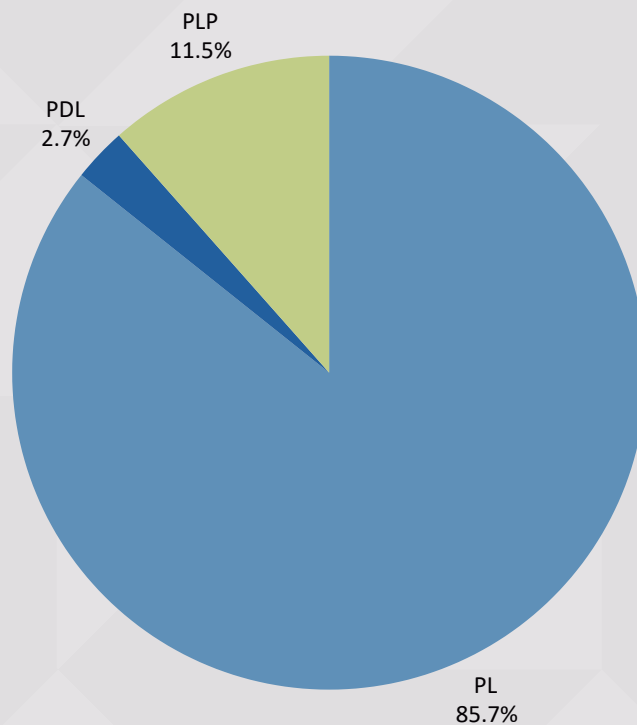
Ricardo Ayres
REPUBLICANOS/TO



Rodrigo de Castro
UNIÃO/MG

Proposições Apreciadas

No ano de 2024, a Comissão de Viação e Transportes (CVT) apreciou **182 matérias**, sendo **156 Projetos de Lei**, **5 Projetos de Decreto Legislativo** e **21 Projetos de Lei Complementar**.



11 de dezembro de 2024

Total: 11

Proposição	Principal/Apensado	Autor	Ementa/Explicação	Parecer
PL 1882/2021	Principal	Miguel Lombardi (PL-SP)	Altera a Lei nº 9.503, de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para incluir, entre os equipamentos obrigatórios de motocicletas e motonetas, dispositivo de aviso sonoro de acionamento da luz indicadora de direção e de desligamento automático	Parecer do Relator, Dep. Hugo Leal (PSD-RJ), pela rejeição deste.
PL 3575/2021	Principal	Carlos Bezerra (MDB-MT)	Altera a Lei nº 9.503, de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para instituir infração ao condutor que praticar gesto obsceno ou injuriante ao dirigir.	Parecer do Relator, Dep. Diego Andrade (PSD-MG), pela aprovação deste.
PL 468/2023	Principal	Fernanda Pessoa (UNIÃO-CE)	Acrescenta o §8º ao artigo 147 do Código de Trânsito Brasileiro para que passe a constar o termo "mobilidade reduzida" ao condutor acometido com as enfermidades que dispõe.	Parecer do Relator, Dep. Hugo Leal (PSD-RJ), pela aprovação, com substitutivo.
PL 1958/2023	Principal	Max Lemos (SOLIDARI-RJ)	Altera o artigo 7º da Lei nº 6.009/73 que dispõe sobre a utilização e a exploração dos aeroportos, das facilidades à navegação aérea.	Parecer da Relatora, Dep. Rosana Valle (PL-SP), pela aprovação deste, e do PL 5788/2023, apensado, com substitutivo.

PL 5788/2023	Apensado	Pedro Aihara (PATRIOTA-MG)	Altera os incisos VI e XIII, do art. 7º, da Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, para estender as isenções do pagamento das tarifas aeroportuárias às aeronaves públicas brasileiras da Administração Direta Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal.	
PL 675/2024	Principal	Pedro Aihara (PRD-MG)	Obrigatoriedade de incluir referências ao pai da aviação e patrono da aeronáutica brasileira, Alberto Santos Dumont, nos "speeches de aeronaves" proferidos pelos comissários de bordo ou pelos comandantes de aeronaves em voos domésticos no território brasileiro.	Parecer do Relator, Dep. Gilberto Abramo (REPUBLIC-MG), pela aprovação, com substitutivo.
PL 1400/2024	Principal	Felipe Saliba (PRD-MG)	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para determinar a identificação de caminhões na parte superior da carroceria.	Parecer do Relator, Dep. Hugo Leal (PSD-RJ), pela aprovação deste, com substitutivo.
PL 2498/2024	Principal	Paulinho Freire (UNIÃO-RN)	Altera a Lei nº 9.503, de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a coleta de dados relativos a condutores que dirigirem sob influência de álcool no registro de sinistros de trânsito.	Parecer do Relator, Dep. Hugo Leal (PSD-RJ), pela rejeição deste.

PL 2845/2024	Principal	Missionária Michele Collins (PP-PE)	Acrescenta os §§ 4º e 5º ao art. 277 da Lei nº 9.503, de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a realização de testes para o condutor de veículo automotor envolvido em sinistro de trânsito ou que for alvo de fiscalização de trânsito que permitam certificar influência de álcool ou outra substância psicoativa.	Parecer do Relator, Dep. Hugo Leal (PSD-RJ), pela rejeição deste.
PL 2990/2024	Principal	Dayany Bittencourt (UNIÃO-CE)	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a consistência e regularidade do auto de infração de trânsito (AIT) registrado por sistema de vídeo monitoramento, aparelho eletrônico ou por equipamento audiovisual, e dá outras providências.	Parecer do Relator, Dep. Gilberto Abramo (REPUBLIC-MG), pela aprovação, com substitutivo.
PL 3509/2024	Principal	Pedro Jr (PL-TO)	Altera a Lei nº 9.503, de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a responsabilidade por penalidades atribuídas a veículo objeto de transferência de propriedade.	Parecer do Relator, Dep. Gilberto Abramo (REPUBLIC-MG), pela aprovação deste, e da Emenda na Comissão EMC 1/2024 CVT.

04 de dezembro de 2024

Total: 8

Proposição	Principal/Apensado	Autor	Ementa/Explicação	Parecer
PL 4603/2019	Principal	Felipe Rigoni (PSB-ES)	Altera o Código de Trânsito Brasileiro para prever multa aplicável à pessoa jurídica cuja média de pontos acumulados devido a infrações cometidas por condutores de veículos a ela pertencentes atingir a contagem de vinte pontos. Explicação: Altera a Lei nº 9503, de 1997.	Parecer do Relator, Dep. Hugo Leal (PSD-RJ), pela rejeição.
PL 4999/2019	Principal	Marcelo Nilo (PSB-BA)	Altera a Lei nº 9.503, de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre o limite de prazo para expedição de novo Certificado de Registro de Veículo e a infração correspondente.	Parecer do Relator, Dep. Jonas Donizette (PSB-SP), pela rejeição.
PL 5558/2019	Principal	Lucas Gonzalez (NOVO-MG) e Outro(s)	Altera o sistema de vinculação de instrutores de trânsito	Parecer do Relator, Dep. Mauricio Marcon (PODE-RS), pela aprovação, com substitutivo.
PL 2464/2023	Principal	Jonas Donizette (PSB-SP)	Altera a Lei nº 9.503, de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a responsabilidade administrativa em caso de falhas oriundas de projetos e da qualidade dos materiais e equipamentos utilizados na fabricação de veículos.	Parecer do Relator, Dep. Hugo Leal (PSD-RJ), pela aprovação, com emendas.

PL 4233/2023	Principal	Marcos Tavares (PDT-RJ)	Institui o pagamento das passagens do sistema de transporte público coletivo por meio de PIX e código eletrônico QR, pagamento instantâneo autorizado pelo Banco Central do Brasil e dá outras providências.	Parecer do Relator, Dep. Neto Carletto (PP-BA), pela aprovação, com substitutivo.
PL 5220/2023	Principal	Saullo Vianna (UNIÃO-AM)	Altera o artigo 1º da Lei nº 9.445 de 14 de março de 1997 (Lei que concede subvenção econômica ao preço do óleo diesel consumido por embarcações pesqueiras nacionais) e dá outras providências.	Parecer do Relator, Dep. Maurício Carvalho (UNIÃO-RO), pela aprovação.
PL 2545/2024	Principal	Clodoaldo Magalhães (PV-PE)	Dispõe sobre a destinação de 5% (cinco por cento) do valor total arrecadado com a cobrança das multas de trânsito para ações de educação para o trânsito no Brasil	Parecer do Relator, Dep. Hugo Leal (PSD-RJ), pela aprovação, com substitutivo.
PDL 358/2024	Principal	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Aprova o texto do Protocolo para Emendar o Acordo de Serviços Aéreos entre a República Federativa do Brasil e a República Dominicana, assinado em São Domingos, em 14 de abril de 2023.	Parecer do Relator, Dep. Ricardo Ayres (REPUBLIC-TO), pela aprovação.

27 de novembro de 2024

Total: 7

Proposição	Principal/Apensado	Autor	Ementa/Explicação	Parecer
PL 3567/2021	Principal	Carlos Bezerra (MDB-MT)	Altera a Lei nº 9.503, de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para exigir a emissão de laudo mecânico antes da comercialização de veículo usado.	Parecer do Relator, Dep. Ricardo Ayres (REPUBLIC-TO), pela rejeição.
PL 397/2023	Principal	Alex Manente (CIDADANIA-SP) e Outro(s)	Institui o Programa "Voo para a Liberdade", com o objetivo de que sejam adotadas ações para coibir o tráfico de pessoas em aeroportos e aeronaves.	Parecer do Relator, Dep. Rubens Otoni (PT-GO), pela aprovação deste, do Projeto de Lei nº 755, de 2023, apensado, na forma do substitutivo adotado pela Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO), com subemenda.
PL 1835/2023	Principal	Pedro Aihara (PATRIOTA-MG)	Altera o art. 85 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, para dispor sobre a fixação de pictogramas próxima a faixas de pedestres.	Parecer do Relator, Dep. Ricardo Ayres (REPUBLIC-TO), pela aprovação deste na forma do substitutivo adotado pela Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência.

PL 4376/2023	Principal	Capitão Alberto Neto (PL-AM)	Altera a Lei nº 11.182, de 2005, para dispor sobre competência da Agência Nacional de Aviação Civil – Anac – referente à violência contra a mulher.	Parecer da Relatora, Dep. Rosana Valle (PL-SP), pela aprovação.
PL 451/2024	Principal	Duda Ramos (MDB-RR)	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre parcelamento e cobrança de multas de trânsito para pessoas com deficiência ou seus responsáveis legais.	Parecer do Relator, Dep. Gilberto Abramo (REPUBLIC-MG), pela aprovação, com emenda.
PL 935/2024	Principal	Paulo Litro (PSD-PR)	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que “institui o Código de Trânsito Brasileiro”, a fim de estabelecer tempo mínimo de quinze minutos de permanência sem cobrança e aplicação de penalidade nos estacionamentos rotativos pagas nas vias	Parecer do Relator, Dep. Marco Brasil (PP-PR), pela aprovação, com emenda.
PL 1887/2024	Principal	Luiz Carlos Motta (PL-SP)	Denomina Engº Jose Roberto Bonetti, o trevo de acesso no km 20 da Rodovia Fernão Dias - BR 381, em Bragança Paulista.	Parecer da Relatora, Dep. Rosana Valle (PL-SP), pela aprovação.

19 de novembro de 2024

Total: 25

Proposição	Principal/Apensado	Autor	Ementa/Explicação	Parecer
PLP 343/2013	Principal	Assis Carvalho (PT-PI)	Dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre a propriedade de veículos automotores.	Parecer do Relator, Dep. Gilberto Abramo (REPUBLIC-MG), pela rejeição deste, do PLP 104/2015, do PLP 219/2016, do PLP 226/2016, do PLP 328/2016, do PLP 398/2017, do PLP 444/2017, do PLP 81/2019, do PLP 100/2019, do PLP 16/2020, do PLP 242/2020, do PLP 180/2023, do PLP 201/2023, do PLP 17/2024, do PLP 156/2019, do PLP 11/2021, do PLP 12/2023, do PLP 42/2022, e do PLP 56/2024, apensados.
PLP 104/2015	Apensado	José Carlos Aleluia (DEM-BA)	Define norma geral para a instituição do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA.	
PLP 219/2016	Apensado	Paulo Pimenta (PT-RS)	Estabelece normas gerais acerca do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), previsto no art. 155, III, da Constituição.	

PLP 226/2016	Apensado	Flávia Morais (PDT-GO)	Dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade de Aeronaves e Embarcações e dá outras providências.	
PLP 328/2016	Apensado	Goulart (PSD-SP)	Estabelece normas gerais acerca do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), previsto no art. 155, III, da Constituição.	
PLP 398/2017	Apensado	Joaquim Passarinho (PSD-PA)	Dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre a propriedade de veículos automotores.	
PLP 444/2017	Apensado	Vitor Valim (PMDB-CE)	Altera a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, - Código Tributário Nacional, para dispor sobre o fato gerador do imposto sobre a propriedade de veículos automotores.	
PLP 81/2019	Apensado	Felipe Carreras (PSB-PE)	Estabelece normas gerais acerca do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), previsto no art. 146, III, da Constituição.	
PLP 100/2019	Apensado	Nivaldo Albuquerque (PTB-AL)	Estabelece normas gerais acerca do imposto sobre propriedade de veículos automotores previsto no art. 155, III, da Constituição Federal.	
PLP 156/2019	Apensado	Newton Cardoso Jr (MDB-MG)	Institui o Imposto sobre a Propriedade de Aeronaves e Embarcações (IPAE) e dá outras providências.	
PLP 16/2020	Apensado	Nivaldo Albuquerque (PTB-AL)	Cria norma geral com critério para a fixação, por cada ente tributário competente, de redução do valor devido do imposto sobre a propriedade de veículos automotores.	

PLP 242/2020	Apensado	Junio Amaral (PSL-MG)	Dispõe sobre o Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores, para excluir da sua base de cálculo os tributos cobrados na produção e comercialização do veículo.	
PLP 11/2021	Apensado	Severino Pessoa (REPUBLIC-AL)	Institui o Imposto sobre a Propriedade de Aeronaves e Embarcações e dá outras providências.	
PLP 42/2022	Apensado	Pastor Eurico (PATRIOTA-PE)	Reduz o valor do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, extingue sua incidência anual e proíbe a apreensão de veículos quando não houver pagamento do imposto, entre outras medidas. Explicação: Altera a Lei nº 5.172 de 1966.	
PLP 12/2023	Apensado	Kim Kataguirí (UNIÃO-SP)	Estabelece normas tributárias gerais para a instituição do Imposto de Propriedade de Veículo Automotor, nos termos do art. 146, III da Constituição Federal	
PLP 180/2023	Apensado	Marcos Pollon (PL-MS)	Estabelece normas tributárias gerais para a instituição do Imposto de Propriedade de Veículo Automotor, de uso comprovadamente rural, nos termos do art. 146, III da Constituição Federal.	
PLP 201/2023	Apensado	Sidney Leite (PSD-AM)	Cria o IPVA social para motocicletas de baixa cilindrada.	

PLP 17/2024	Apensado	Roberto Duarte (REPUBLIC-AC)	Estabelece normas tributárias gerais para a instituição do Imposto de Propriedade de Veículo Automotor, nos termos do art. 146, III da Constituição Federal.	
PLP 56/2024	Apensado	Marx Beltrão (PP-AL)	Dispõe sobre a base de cálculo do Imposto de Propriedade de Veículo Automotor - IPVA, no caso de proprietário motorista de aplicativo, nos termos do art. 146, III, 'a', da Constituição Federal.	
PL 673/2021	Principal	Delegado Marcelo Freitas (PSL-MG)	Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que institui o Código Brasileiro de Aeronáutica, para dispor sobre a manutenção de aeroclubes nos aeroportos brasileiros.	Parecer do Relator, Dep. Neto Carletto (PP-BA), pela aprovação, com substitutivo.
PL 1530/2022	Principal	Zé Vitor (PL-MG)	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para permitir modificações veiculares sem necessidade de vistoria.	Parecer do Relator, Dep. Hugo Leal (PSD-RJ), pela aprovação deste, e do PL 290/2024, apensado, com substitutivo.
PL 290/2024	Apensado	Renata Abreu (PODE-SP)	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispensar autorização prévia para alteração da altura do veículo.	

PL 5887/2023	Principal	Mauricio Marcon (PODE-RS)	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro, para conferir agilidade à disponibilização de permissão para dirigir a novos condutores.	Parecer com Complementação de Voto, Dep. Bruno Ganem (PODE-SP), pela aprovação, com emenda.
PL 2271/2024	Principal	Adail Filho (REPUBLIC-AM)	Regulamenta a apreensão de veículos utilizados como fonte de subsistência.	Parecer do Relator, Dep. Gilberto Abramo (REPUBLIC-MG), pela aprovação, com substitutivo.
PL 2846/2024	Principal	Pastor Gil (PL-MA)	Aumenta as penas do crime constante no art. 308 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro).	Parecer do Relator, Dep. Hugo Leal (PSD-RJ), pela aprovação, com substitutivo.

13 de novembro de 2024

Total: 22

Proposição	Principal/Apensado	Autor	Ementa/Explicação	Parecer
PL 463/2020	Principal	Aline Gurgel (REPUBLIC-AP)	Altera a Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, determinando a elaboração de lista de tripulantes e passageiros das embarcações que especifica.	Parecer da Relatora, Dep. Helena Lima (MDB-RR), pela aprovação, com substitutivo.
PL 1056/2021	Principal	Neucimar Fraga (PSD-ES)	Denomina "Rodovia Governador Elcio Álvares" a BR-447.	Parecer do Relator, Dep. Hugo Leal (PSD-RJ), pela aprovação deste, e pela rejeição do PL 2901/2021, apensado.

PL 2901/2021	Apensado	Evair Vieira de Melo (PP-ES)	Denomina Jônice Tristão a BR 447 no trecho que compreende o Espírito Santo	
PL 3015/2021	Principal	Bibo Nunes (PSL-RS)	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para permitir ao candidato a habilitação apresentar exame de aptidão física revisional.	Parecer do Relator, Dep. Antonio Carlos Rodrigues (PL-SP), pela aprovação.
PL 3569/2021	Principal	Carlos Bezerra (MDB-MT)	Dispõe sobre o transporte de cargas ou produtos perigosos ao meio ambiente nas travessias fluviais e lacustres, e dá outras providências.	Parecer do Relator, Dep. Hugo Leal (PSD-RJ), pela rejeição.
PL 3745/2021	Principal	Charles Evangelista (PSL-MG)	Proíbe o recolhimento de veículos nas ruas por falta de pagamento de impostos, durante o período de pandemia e dá outras providências.	Parecer do Relator, Dep. Hugo Leal (PSD-RJ), pela aprovação, com substitutivo.
PL 856/2022	Principal	Paulo Bengtson (PTB-PA)	Acrescenta dispositivo à Lei nº 9.503, de 1997, para dispor sobre a manutenção de canal de comunicação pelos órgãos do sistema nacional de trânsito que especifica.	Parecer do Relator, Dep. Paulo Alexandre Barbosa (PSDB-SP), pela rejeição.
PL 2675/2022	Principal	André de Paula (PSD-PE)	Altera o art. 140 do Código Brasileiro de Trânsito para permitir ao cidadão analfabeto realizar exames para obtenção da CNH	Parecer do Relator, Dep. Hugo Leal (PSD-RJ), pela rejeição deste, e do PL 6044/2023, apensado.

PL 6044/2023	Apensado	Dayany Bittencourt (UNIÃO-CE)	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro) para permitir que pessoa não alfabetizada obtenha a Carteira Nacional de Habilitação, e dá outras providências.	
PL 1243/2023	Principal	Capitão Augusto (PL-SP)	Altera a Lei nº 9.503/97 para acrescentar dentre os veículos de representação identificados com placa especial aqueles utilizados pelos membros do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e das Assembleias Legislativas, no exercício das suas respectivas atividades parlamentares.	Parecer do Relator, Dep. Ricardo Ayres (REPUBLIC-TO), pela aprovação, com substitutivo.
PL 2924/2023	Principal	Pedro Westphalen (PP-RS)	Altera a lei nº 6.938, de 31 agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.	Parecer do Relator, Dep. Bebeto (PP-RJ), pela aprovação.
PL 3329/2023	Principal	Jeferson Rodrigues (REPUBLIC-GO)	Dispõe sobre o direito de Beneficiários do CADÚNICO realizarem reteste do DETRAN gratuitamente na forma em que se especifica.	Parecer da Relatora, Dep. Helena Lima (MDB-RR), pela rejeição.
PL 3383/2023	Principal	Cabo Gilberto Silva (PL-PB)	Estabelece prazo para início da incidência de multas de trânsito em tramitação, bem como sob julgamento administrativo.	Parecer do Relator, Dep. Hugo Leal (PSD-RJ), pela rejeição.
PL 3648/2023	Principal	Marx Beltrão (PP-AL)	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, para instituir a obrigatoriedade de Giroflex de alerta aos veículos destinados a fiscalização agropecuária e dá outras providências.	Parecer do Relator, Dep. Ricardo Ayres (REPUBLIC-TO), pela aprovação, com substitutivo.

PL 4630/2023	Principal	David Soares (UNIÃO-SP)	Altera a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, para estabelecer desconto na tarifa de pedágio rodoviário para automóveis com mais de três pessoas.	Parecer do Relator, Dep. Marcos Tavares (PDT-RJ), pela aprovação.
PL 5040/2023	Principal	Darci de Matos (PSD-SC)	Altera a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, a fim de permitir a incorporação de vias de acesso e de vias marginais aos contratos de concessão de rodovia mediante o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato	Parecer da Relatora, Dep. Helena Lima (MDB-RR), pela rejeição.
PL 6128/2023	Principal	Coronel Meira (PL-PE)	Altera a Lei nº 9.503 de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para exigir a instalação de sistema de alarme com sensor interno de som e movimento nos veículos especialmente destinados à condução coletiva de escolares.	Parecer do Relator, Dep. Ricardo Ayres (REPUBLIC-TO), pela aprovação deste, do PL 187/2024, e do PL 204/2024, apensados, com substitutivo.
PL 187/2024	Apensado	Gilberto Abramo (REPUBLIC-MG)	Altera a Lei nº 9.503, de 1997, Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre equipamentos obrigatórios e de segurança em veículos especialmente destinados à condução coletiva de escolares.	
PL 204/2024	Apensado	Castro Neto (PSD-PI)	Altera a Lei nº 9.503, de 1997, Código de Trânsito Brasileiro, para estabelecer o sensor de movimento como equipamento obrigatório em veículos especialmente destinados à condução coletiva de escolares.	

PL 2252/2024	Principal	Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PL-SP)	Altera a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, que regulamenta o inciso XII, parte final, da Constituição Federal de 1988, para incluir a legitimidade da autoridade aeronáutica para representar à autoridade policial ou ministerial pela interceptação telefônica de ocupantes de aeronaves em emergência e possibilitar o compartilhamento dessas informações para fins de busca e salvamento e investigação de acidentes aeronáuticos.	Parecer do Relator, Dep. Gilberto Abramo (REPUBLIC-MG), pela aprovação.
PL 2623/2024	Principal	Thiago Flores (REPUBLIC-RO)	Altera a Lei nº 12.830, de 20 de junho de 2013, para autorizar o registro de restrição de ilícito, pelo delegado de polícia, referente a veículo automotor.	Parecer do Relator, Dep. Ricardo Ayres (REPUBLIC-TO), pela aprovação, com substitutivo.
PL 2789/2024	Principal	Beto Richa (PSDB-PR)	Denomina "Rodovia Henrique Herwig" a BR376, no trecho situado entre São José dos Pinhais e Garuva. .	Parecer do Relator, Dep. Marco Brasil (PP-PR), pela aprovação, com substitutivo.

30 de outubro de 2024

Total: 2

Proposição	Principal/Apensado	Autor	Ementa/Explicação	Parecer
PL 3089/2021	Principal	Alexandre Frota (PSDB-SP)	Dispõe sobre obrigatoriedade de painéis de oferta de empregos na área interna das estações rodoviárias e ferroviárias.	Parecer do Relator, Dep. Gilberto Abramo (REPUBLIC-MG), pela rejeição.

PL 1630/2023	Principal	Jonas Donizette (PSB-SP)	Altera o art. 147-A da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, para garantir o tratamento igualitário da pessoa com deficiência auditiva na aprendizagem da condução de veículo automotor em centros de formação de condutores.	Parecer do Relator, Dep. Ricardo Ayres (REPUBLIC-TO), pela aprovação.
--------------	-----------	--------------------------	--	---

16 de outubro de 2024

Total: 20

Proposição	Principal/Apensado	Autor	Ementa/Explicação	Parecer
PL 8748/2017	Principal	Laudivio Carvalho (SD-MG)	Altera o Código de Trânsito Brasileiro para instituir sinalização indicativa de vaga de estacionamento reservada a pessoas com autismo, padronizada em todo o território nacional. Explicação: Altera a Lei nº 9.503, de 1997.	Parecer do Relator, Dep. Nicoletti (UNIÃO-RR), pela aprovação deste e do PL 2578/2021, apensado, na forma do substitutivo adotado pela Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência.
PL 2578/2021	Apensado	Cássio Andrade (PSB-PA)	Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, para dispor sobre o uso de vagas de estacionamento reservadas a pessoas com deficiência por pessoas com Transtorno do Espectro do Autismo.	

PL 5240/2019	Principal	Christiane de Souza Yared (PL-PR)	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, para criar o cadastro positivo de motoristas profissionais	Parecer do Relator, Dep. Hugo Leal (PSD-RJ), pela rejeição.
PL 1425/2020	Principal	Bosco Costa (PL-SE)	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre curso de recuperação de dependentes para obtenção de Carteira Nacional de Habilitação.	Parecer do Relator, Dep. Hugo Leal (PSD-RJ), pela aprovação, com substitutivo.
PL 1541/2021	Principal	Alceu Moreira (MDB-RS)	Altera a Lei nº 9.503, de 1997, Código de Trânsito Brasileiro, para modificar prazo constante de penalidade relativa a exames toxicológicos.	Parecer do Relator, Dep. Zé Trovão (PL-SC), pela aprovação, com substitutivo.
PL 64/2022	Principal	José Nelto (PODE-GO)	Discorre sobre a regulamentação de faróis auxiliares para motocicletas.	Parecer do Relator, Dep. Nicoletti (UNIÃO-RR), pela aprovação, com substitutivo.
PL 4420/2019	Principal	Senado Federal - Siqueira Campos (DEM-TO)	Dispõe sobre a federalização da rodovia TO-080 no trecho compreendido entre a BR-153 e a BR-010.	Parecer do Relator, Dep. Ricardo Ayres (REPUBLIC-TO), pela aprovação.
PL 3412/2023	Principal	Antonio Carlos Rodrigues (PL-SP)	Alteração, Código de Trânsito Brasileiro, norma geral, acumulação, pontuação, infração de trânsito. Altera a Lei nº 9.503, de 1997, Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre pontuação de infração de trânsito.	Parecer do Relator, Dep. Ricardo Ayres (REPUBLIC-TO), pela aprovação.

PL 3956/2023	Principal	Ana Paula Lima (PT-SC)	Altera a Lei nº 10.741, de 01 de outubro de 2003 - Estatuto da Pessoa Idosa.	Parecer do Relator, Dep. Marco Brasil (PP-PR), pela aprovação, com emenda.
PL 1644/2019	Principal	Senado Federal - Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para tornar infração grave o ato de atirar do veículo ou abandonar na via objetos ou substâncias.	Parecer do Relator, Dep. Hugo Leal (PSD-RJ), pela aprovação.
PL 5130/2023	Principal	Marx Beltrão (PP-AL)	Dispõe sobre a infração de discussão ou briga no trânsito. Explicação: Altera a Lei nº 9.503 de 1997.	Parecer do Relator, Dep. Delegado Fabio Costa (PP-AL), pela aprovação, com substitutivo.
PL 5204/2023	Principal	Delegado Paulo Bilynskyj (PL-SP)	Estabelece a isenção de multas e taxas de alteração para candidatos em concursos públicos, cujas datas de provas tenham sido alteradas e altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 – Código Brasileiro de Aeronáutica, nos termos em que especifica.	Parecer do Relator, Dep. Gilberto Abramo (REPUBLIC-MG), pela rejeição.
PL 222/2024	Principal	Pedro Aihara (PRD-MG)	Altera a Lei nº 9.503, de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para tornar possível, mediante termo de cooperação, o uso de veículo automotor levado a leilão em treinamentos de salvamento veicular realizados por Corpos de Bombeiros Militares.	Parecer do Relator, Dep. Gilberto Abramo (REPUBLIC-MG), pela aprovação deste, da Emenda 1/2024 da CSPCCO, da Emenda 1/2024 da CVT, e do Substitutivo adotado pela CSPCCO, com substitutivo.

PL 915/2024	Principal	Albuquerque (REPUBLIC-RR)	Altera a Lei nº 9.537, de 1997, para dispor sobre a habilitação de pescadores na categoria de aquaviário.	Parecer do Relator, Dep. Ricardo Ayres (REPUBLIC-TO), pela aprovação, com emenda.
PLP 43/2024	Principal	Alceu Moreira (MDB-RS)	Regulamenta a tributação dos combustíveis e lubrificantes previstos no inciso I, do §6º, do art. 156-A e art. 195, V, da Constituição Federal.	Parecer do Relator, Dep. Hugo Leal (PSD-RJ), pela rejeição.
PL 1911/2024	Principal	Laura Carneiro (PSD-RJ) e Outro(s)	Denomina "Ponte Vilmar Soares dos Santos" a Ponte de Inspeção Naval, localizada na Avenida Almirante Saldanha da Gama, 111, Ponta da Praia, no Município de Santos, Estado de São Paulo.	Parecer do Relator, Dep. Bebeto (PP-RJ), pela aprovação, com emenda.
PL 2567/2024	Principal	Cobalchini (MDB-SC)	Altera os arts. 302, 303, 306 e 311 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para aumentar as penas dos crimes praticados sob a influência de álcool ou de qualquer outra substância psicoativa que determine dependência e daqueles, bem como do delito relacionado ao tráfego incompatível com a segurança da via.	Parecer do Relator, Dep. Ricardo Ayres (REPUBLIC-TO), pela aprovação.
PL 2619/2024	Principal	Felipe Francischini (UNIÃO-PR)	Denomina o trecho da BR 487 que passa pelo município de Cândido de Abreu, no Paraná, como "Rodovia Stanislaw Borecki".	Parecer do Relator, Dep. Marco Brasil (PP-PR), pela aprovação.

PL 3330/2024	Principal	Rogéria Santos (REPUBLIC-BA)	Cria a “Lei Laura Beatriz” que altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para aumentar as penas dos crimes praticados em faixa de pedestres ou na calçada.	Parecer do Relator, Dep. Ricardo Ayres (REPUBLIC-TO), pela aprovação, com substitutivo.
PL 3678/2024	Apensado	Allan Garcês (PP-MA)	Acrescenta o inciso IV ao § 1º do artigo 291 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro.	

28 de agosto de 2024

Total: 3

Proposição	Principal/Apensado	Autor	Ementa/Explicação	Parecer
PL 1155/2024	Principal	Felipe Saliba (PRD-MG)	Institui o Selo Amigo do Motorista em âmbito Federal, conferido aos estabelecimentos que ofereçam pontos de apoio e descanso adequados aos caminhoneiros.	Parecer do Relator, Dep. Zé Trovão (PL-SC), pela aprovação, com substitutivo.
PL 1297/2024	Principal	Delegado Fabio Costa (PP-AL)	Denomina o trecho da Rodovia BR-416, que liga os estados de Alagoas e Pernambuco, passando por Ibateguara e Colônia Leopoldina, de “Rodovia Expedito Antônio da Silva”.	Parecer do Relator, Dep. Marco Brasil (PP-PR), pela aprovação, com substitutivo.
PDL 268/2024	Principal	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre a República Federativa do Brasil e a República da Finlândia, assinado em Brasília, em 1º de junho de 2023.	Parecer do Relator, Dep. Mauricio Marcon (PODE-RS), pela aprovação.

14 de agosto de 2024

Total: 24

Proposição	Principal/Apensado	Autor	Ementa/Explicação	Parecer
PL 403 6/2020	Principal	Léo Moraes (PODE-RO)	Altera a Lei nº 9.503 de 23 setembro de 1997 para determinar que o valor da taxa para renovação do Exame de Aptidão Física e Mental será gratuita ao condutor com mais de sessenta e cinco anos de idade.	Parecer do Relator, Dep. Rubens Otoni (PT-GO), pela aprovação deste, na forma do Substitutivo adotado pela Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa.
PL 3782/2021	Principal	Ivan Valente (PSOL-SP)	Altera a Lei nº 14.034, de 05 de agosto de 2020 que “Dispõe sobre medidas emergenciais para a aviação civil brasileira em razão da pandemia da Covid-19; e altera as Leis números 7.565, de 19 de dezembro de 1986, 6.009, de 26 de dezembro de 1973, 12.462, de 4 de agosto de 2011, 13.319, de 25 de julho de 2016, 13.499, de 26 de outubro de 2017, e 9.825, de 23 de agosto de 1999.” para assegurar o direito dos consumidores à aquisição de voo para o mesmo trecho cancelado.	Parecer do Relator, Dep. Rubens Otoni (PT-GO), pela rejeição do PL 3782/2021, do PL 108/2022, do PL 123/2022, do PL 267/2022, do PL 275/2022, do PL 343/2022, e do PL 472/2022, apensados.
PL 108/2022	Apensado	José Medeiros (PODE-MT)	Altera a Lei nº 14.034, de 5 de agosto de 2020, que dispõe sobre medidas emergenciais para a aviação civil brasileira em razão da pandemia da Covid-19, para ampliar a data até a qual a desistência do voo enseja reembolso em condições extraordinárias.	

PL 123/2022	Apensado	Mário Heringer (PDT-MG)	Altera o art. 3º da Lei nº 14.034, de 5 de agosto de 2020, para estender as determinações relativas ao reembolso do valor de passagem aérea devido ao consumidor por cancelamento de voo e por desistência própria, implantadas em virtude da pandemia da covid-19, e dá outras providências.	
PL 267/2022	Apensado	José Guimarães (PT-CE)	Altera a Lei nº 14.034, de 5 de agosto de 2020, para reestabelecer a validade das regras de cancelamento de bilhetes aéreos em condições especiais em resposta à pandemia de Covid-19.	
PL 275/2022	Apensado	Elcione Barbalho (MDB-PA)	Altera a Lei nº 14.034, de 2020, para estender o período dentro do qual as compras de passagens aéreas podem ser canceladas em condições excepcionais	
PL 343/2022	Apensado	Tiago Dimas (SOLIDARI-TO)	Altera a Lei nº 14.034, de 5 de agosto de 2020, para prorrogar até 31 de dezembro de 2022 o prazo de vigência de medidas emergenciais para a aviação civil brasileira em razão da pandemia da covid-19.	

PL 472/2022	Apensado	Bosco Costa (PL-SE)	Altera a Lei nº 14.034, de 5 de agosto de 2020, que dispõe sobre medidas emergenciais para a aviação civil brasileira em razão da pandemia da Covid-19, para que regras de remarcação de passagens vigorem até o fim da atual pandemia e durante eventuais novas emergências de saúde pública de importância internacional.	
PL 1002/2022	Principal	Geninho Zuliani (UNIÃO-SP)	Acrescenta-se o §4º, ao art. 48, da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), obrigando o transporte gratuitamente da ajuda técnica utilizada pela Pessoa com Deficiência, na cabine da aeronave, da forma que especifica	Parecer do Relator, Dep. Gilberto Abramo (REPUBLIC-MG), pela rejeição.
PL 2101/2023	Principal	Eli Borges (PL-TO)	Altera o Código de Trânsito Brasileiro para prever que somente serão aplicadas multas a veículos em rodovias que apresentem sinalização e conservação adequadas.	Parecer do Relator, Dep. Antonio Carlos Rodrigues (PL-SP), pela rejeição.
PL 2630/2023	Principal	Nicoletti (UNIÃO-RR)	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para estabelecer a possibilidade de realização de vistoria de veículos em qualquer unidade da federação.	Parecer do Relator, Dep. Hugo Leal (PSD-RJ), pela aprovação deste e do PL 969/2024, apensado, com substitutivo.

PL 969/2024	Apensado	Delegado Caveira (PL-PA)	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a inspeção de segurança veicular.	
PDL 163/2023	Principal	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Aprova o texto do Acordo Bilateral sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado do Catar, assinado em Doha, Catar, em 28 de outubro de 2019.	Parecer do Relator, Dep. Cezinha de Madureira (PSD-SP), pela aprovação.
PL 3400/2023	Principal	Toninho Wandscheer (PP-PR)	Denomina "José Acácio Carneiro" a área de escape situada no km 542 da rodovia BR-040, no anel rodoviário da cidade de Belo Horizonte/MG.	Parecer do Relator, Dep. Hercílio Coelho Diniz (MDB-MG), pela aprovação.
PL 3634/2023	Principal	Rafael Brito (MDB-AL)	Acrescenta parágrafo único ao artigo 136, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que "Institui o Código de Trânsito Brasileiro", para dispor sobre o controle de veículos autorizados a circular como Transporte Escolar.	Parecer do Relator, Dep. Rubens Otoni (PT-GO), pela aprovação.
PL 4111/2023 (Nº Anterior: PLS 98/2015)	Principal	Senado Federal - Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP)	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para exigir a avaliação psicológica de todos os motoristas a partir da primeira habilitação.	Parecer do Relator, Dep. Hugo Leal (PSD-RJ), pela aprovação.

PL 4717/2023	Principal	José Medeiros (PL-MT)	Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para obrigar as empresas de transporte de passageiros que oferecem programas de milhagens a fornecer mecanismos de verificação da identidade do consumidor e a garantir a compra de passagem com o uso de milhas em caso de disponibilidade de assento em oferta válida.	Parecer do Relator, Dep. Gilberto Abramo (REPUBLIC-MG), pela rejeição.
PL 4940/2023	Principal	Zé Neto (PT-BA)	Altera a Lei nº 14.690, de 3 de outubro de 2023, para priorizar setores do transporte complementar no Programa Emergencial de Renegociação de Dívidas de Pessoas Físicas Inadimplentes – Desenrola Brasil.	Parecer do Relator, Dep. Rubens Otoni (PT-GO), pela rejeição.
PL 5218/2023	Principal	Priscila Costa (PL-CE)	Altera os artigos 22, 181 e 269 do código de Trânsito Brasileiro.	Parecer do Relator, Dep. Rubens Otoni (PT-GO), pela rejeição.
PL 5733/2023	Principal	Helena Lima (MDB-RR)	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a desvinculação de multas.	Parecer do Relator, Dep. Hugo Leal (PSD-RJ), pela aprovação, com emendas.
PL 43/2024	Principal	Dandara (PT-MG)	Denomina “Deputado João Bittar Júnior” o trecho da rodovia federal BR 365 localizado entre os municípios de Uberlândia e Ituiutaba, no Estado de Minas Gerais.	Parecer do Relator, Dep. Diego Andrade (PSD-MG), pela aprovação.

PL 48/2024	Principal	Dandara (PT-MG)	Denomina Trevo Joédis Marques Ferreira o entroncamento entre as BRs 153 e 365, localizado no Município de Monte Alegre de Minas, Estado de Minas Gerais.	Parecer do Relator, Dep. Rubens Otoni (PT-GO), pela aprovação.
PL 111/2024	Principal	Alexandre Lindenmeyer (PT-RS)	Denomina Ponte Internacional Brasil-Uruguai "Escritor Aldyr Garcia Schlee" o trecho brasileiro da ponte sobre o Rio Jaguarão entre Jaguarão e Ríó Branco, na divisa da República Federativa do Brasil com a República Oriental do Uruguai.	Parecer da Relatora, Dep. Denise Pessôa (PT-RS), pela aprovação, com emenda.
PL 1572/2024	Principal	Luciano Amaral (PV-AL)	Nomeia de "Ponte Hélio Nogueira Lopes" a futura ponte sobre o Rio São Francisco - ligando os municípios de Penedo/AL e Neópolis/SE, na rodovia BR-349/AL/SE.	Parecer do Relator, Dep. Delegado Fabio Costa (PP-AL), pela aprovação.

03 de julho de 2024

Total: 3

Proposição	Principal/Apensado	Autor	Ementa/Explicação	Parecer
PL 5350/2019	Principal	Pastor Sargento Isidório (AVANTE-BA)	Proíbe aumento de preços nas praças de pedágios em rodovias federais, estaduais e transportes hidroviários fiscalizados e/ou sob tutela dos Estados, União, municípios e/ou Distrito Federal nos fins de semana e feriados.	Parecer do Relator, Dep. Gilberto Abramo (REPUBLIC-MG), pela rejeição.

PL 1859/2023	Principal	Luciano Azevedo (PSD-RS)	Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, a fim de instituir atendimento especializado em defesa dos consumidores nos aeroportos dotados de instalações e facilidades para apoio de operações de aeronaves e de embarque e desembarque de pessoas e cargas, localizados nas capitais e regiões metropolitanas.	Parecer do Relator, Dep. Hugo Leal (PSD-RJ), pela aprovação.
PL 2459/2023	Principal	Pastor Henrique Vieira (PSOL-RJ)	Estabelece a obrigatoriedade de afixação de cartazes e veiculação de mensagem sonora nos portos e aeroportos brasileiros sobre o direito de solicitação de refúgio.	Parecer do Relator, Dep. Gilberto Abramo (REPUBLIC-MG), pela rejeição.

19 de junho de 2024

Total: 5

Proposição	Principal/Apensado	Autor	Ementa/Explicação	Parecer
PL 3498/2019	Principal	Altineu Côrtes (PL-RJ)	Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, para dispor sobre a obrigatoriedade de contratação de seguro de danos causados por colisão, incêndio, furto ou roubo dos veículos utilizados no transporte remunerado privado individual de passageiros	Parecer do Relator, Dep. Antonio Carlos Rodrigues (PL-SP), pela aprovação deste e dos PLs 5756/2019, 5795/2019, 6110/2019, 3516/2020, apensados, na forma do Substitutivo Adotado pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, com subemenda.

PL 5756/2019	Apensado	Alexandre Padilha (PT-SP) e Outro(s)	Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana para garantir direitos mínimos aos motoristas de transporte remunerado privado individual de passageiros e entregadores de aplicativo.	
PL 5795/2019	Apensado	Eduardo da Fonte (PP-PE)	Obriga as empresas de aplicativos a contratar seguro por morte, invalidez temporária e permanente e despesas de assistência médica e suplementares em favor dos trabalhadores que operacionalizam a prestação de serviços e de terceiros, quando o sinistro ocorrer durante a prestação dos serviços.	
PL 6110/2019	Apensado	Luizão Goulart (REPUBLIC-PR)	Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que instituiu as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, para estabelecer a obrigatoriedade de contratação de seguro de vida para motoristas de aplicativos.	
PL 3516/2020	Apensado	Rubens Otoni (PT-GO) e Outro(s)	Institui obrigatoriedade de contratação de seguro de vida e automotiva por empresas que contratam serviços desta natureza por aplicativo.	

12 de junho de 2024

Total: 15

Proposição	Principal/Apensado	Autor	Ementa/Explicação	Parecer
PL 2844/2019	Principal	Gutemberg Reis (MDB-RJ)	Dispõe sobre a isenção de pagamento de pedágio para motocicletas e similares em rodovias federais.	Parecer do Relator, Dep. Neto Carletto (PP-BA), pela aprovação deste, do PL 5721/2019, do PL 6052/2019, do PL 3236/2021, do PL 1159/2024, e do PL 1184/2024, apensados, com substitutivo, e pela rejeição do PL 1877/2020, apensado.
PL 5721/2019	Apensado	Boca Aberta (PROS-PR)	Isenta os veículos automotores de duas rodas, como motocicletas, e similares, de pagamento de pedágio em rodovias Federais.	
PL 6052/2019	Apensado	Hercílio Coelho Diniz (MDB-MG)	Altera a Lei nº 10.233, de 2001, para estabelecer isenção de pedágio a veículos automotores de duas rodas.	
PL 1877/2020	Apensado	Ricardo Silva (PSB-SP)	Acrescenta o § 2º, ao artigo 31 da Lei 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, obrigando, para as concessões de rodovias públicas, seja observada a construção de cabines específicas para a cobrança de tarifas de usuários de motocicletas	

PL 3236/2021	Apensado	Abou Anni (PSL-SP)	Altera a Lei nº 14.157, de 2021, para tornar isentos de pedágio os veículos automotores de duas rodas, em todas as futuras concessões e nas que, a qualquer tempo, adotarem o sistema de livre passagem, e para permitir a repactuação dos contratos em vigor, com vistas a tornar gratuita a passagem de veículos automotores de duas rodas pelas praças de pedágio.	
PL 1159/2024	Apensado	Felipe Saliba (PRD-MG)	Estabelece isenção de pedágio em rodovias federais aos mototaxistas, motoboys, transportadores autônomos de cargas, motoristas de aplicativo e outras categorias de usuários que especifica. Explicação: Altera o Decreto-lei nº 791 de 1969.	
PL 1184/2024	Apensado	Marcos Pollon (PL-MS)	Dispõe sobre a isenção da taxa de pedágio para motocicletas, motonetas e dá outras providências.	
PL 3575/2020	Principal	Eduardo da Fonte (PP-PE)	Altera a lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, para dispor sobre a remoção do veículo apreendido durante o final de semana e feriado.	Parecer do Relator, Dep. Neto Carletto (PP-BA), pela aprovação, com substitutivo.
PL 5346/2020	Principal	Roberto de Lucena (PODE-SP)	Dispõe sobre a instalação de placa luminosa e sinal sonoro no interior dos veículos de transporte coletivo anunciando a parada do veículo.	Parecer do Relator, Dep. Neto Carletto (PP-BA), pela aprovação deste, e do PL 2358/2022, apensado, com substitutivo.

PL 2358/2022	Apensado	José Nelto (PP-GO)	Institui-se como medida obrigatória, que os transportes públicos forneçam, por meio de avisos sonoros, seu destino e o valor da passagem a cada parada.	
PL 2156/2021	Principal	Julio Cesar Ribeiro (REPUBLIC-DF)	Dispõe sobre as diretrizes para a Política Nacional de Mobilidade Elétrica, e dá outras providências.	Parecer do Relator, Dep. Neto Carletto (PP-BA), pela aprovação deste, e da Emenda Adotada pela Comissão de Desenvolvimento Urbano.
PL 3088/2021	Principal	Alexandre Frota (PSDB-SP)	Proíbe a redução da frota de transporte público em situações de calamidade pública ou outra que mude a normalidade social.	Parecer do Relator, Dep. Neto Carletto (PP-BA), pela rejeição.
PL 3849/2021	Principal	José Nelto (PODE-GO)	Altera a Lei nº 8.706, de 14 de setembro de 1993 e a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a concessão de aposentadoria especial para os caminhoneiros.	Parecer do Relator, Dep. Neto Carletto (PP-BA), pela aprovação, com emenda.
PL 3434/2023	Principal	Geraldo Resende (PSDB-MS)	Denomina “Viaduto Gilberto Serrante” o viaduto situado na interseção entre a rodovia BR-163 e a Avenida Coronel Ponciano, no Município de Dourados, no Estado de Mato Grosso do Sul.	Parecer do Relator, Dep. Paulo Alexandre Barbosa (PSDB-SP), pela aprovação.

PDL 480/2023	Principal	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Aprova o texto consolidado da Convenção sobre Facilitação do Tráfego Marítimo Internacional (FAL 65), adotada na Organização Marítima Internacional (IMO), conforme emendada pela Resolução FAL. 10 (35).	Parecer da Relatora, Dep. Helena Lima (MDB-RR), pela aprovação.
--------------	-----------	--	---	---

05 de junho de 2024

Total: 3

Proposição	Principal/Apensado	Autor	Ementa/Explicação	Parecer
PL 1379/2022	Principal	Pompeo de Mattos (PDT-RS)	Altera a Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015, para estabelecer critérios de adaptação de veículo para uso particular de pessoas com deficiência.	Parecer do Relator, Dep. Márcio Honaiser (PDT-MA), pela aprovação deste na forma do substitutivo adotado pela Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência.
PL 1911/2022	Principal	Coronel Tadeu (PL-SP)	Denomina "Rodovia Costa e Silva" o trecho da rodovia BR-153 compreendido entre a cidade de Cachoeira do Sul, no estado do Rio Grande do Sul, e a cidade de Marabá, no estado do Pará.	Parecer do Relator, Dep. Antonio Carlos Rodrigues (PL-SP), pela rejeição.

PL 3010/2023	Principal	Júlio Cesar (PSD-PI)	Dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de pneus exclusivamente destinados ao uso em um único veículo de carga, de propriedade de motoristas autônomos de carga, incluindo aqueles que possuem registro como Microempreendedor Individual (MEI) caminhoneiro, nos termos do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.	Parecer do Relator, Dep. Zé Trovão (PL-SC), pela aprovação, com substitutivo.
--------------	-----------	----------------------	---	---

28 de maio de 2024

Total: 2

Proposição	Principal/Apensado	Autor	Ementa/Explicação	Parecer
PL 6468/2016	Principal	Alexandre Leite (DEM-SP)	Dispõe sobre a importação de veículos automotores usados.	Parecer do Relator, Dep. Hugo Leal (PSD-RJ), pela aprovação deste, e do PL 237/2020, apensado, com substitutivo, e pela rejeição da Emenda ao Substitutivo 1 da CVT.
PL 237/2020	Apensado	Marcel Van Hattem (NOVO-RS)	Dispõe sobre a importação de veículos automotores novos e usados para fins terrestres.	

22 de maio de 2024

Total: 4

Proposição	Principal/Apensado	Autor	Ementa/Explicação	Parecer
PL 2679/2023	Principal	Ricardo Silva (PSD-SP)	Institui o Maio Amarelo como um mês dedicado à conscientização e mobilização da sociedade para a segurança no trânsito, estabelecendo diretrizes e ações para a promoção de práticas seguras no trânsito, visando à redução de acidentes e preservação da vida de motoristas, motociclistas, passageiros, ciclistas e pedestres.	Parecer do Relator, Dep. Gabriel Nunes (PSD-BA), pela aprovação deste, do PL 4250/2023, do PL 4324/2023, e do PL 325/2024, apensados, com substitutivo.
PL 4250/2023	Apensado	Cabo Gilberto Silva (PL-PB)	Institui o Dia de Prevenção Contra Acidentes de Ciclistas em Via Urbana.	
PL 4324/2023	Apensado	Cabo Gilberto Silva (PL-PB)	Cria o Dia Nacional de Prevenção aos acidentes de Trânsito.	
PL 325/2024	Apensado	Jonas Donizette (PSB-SP)	Altera a Lei nº 9.503, de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para dispor sobre campanhas educativas de trânsito de âmbito nacional.	

15 de maio de 2024

Total: 10

Proposição	Principal/Apensado	Autor	Ementa/Explicação	Parecer
PL 1348/2019	Principal	Aluisio Mendes (PODE-MA)	Dispõe sobre a escolta durante o transporte de explosivos, bem como o controle dos estoques de explosivos.	Parecer do Relator, Dep. Gutemberg Reis (MDB-RJ), pela aprovação.

PL 1838/2021	Principal	Valdevan Noventa (PL-SE)	Altera a Lei 13.146, de 6 de julho de 2015, estatuto da pessoa com deficiência e Lei 10.741, de 1 outubro de 2003, estatuto do Idoso, para dispor sobre a obrigatoriedade de operador responsável pelo auxílio dos passageiros idosos e com deficiência nos veículos motorizados de transporte coletivo de embarque e desembarque rotativo.	Parecer do Relator, Dep. Gutemberg Reis (MDB-RJ), pela aprovação deste, com substitutivo.
PL 2083/2021	Principal	Da Vitoria (CIDADANIA-ES)	Torna obrigatória a afixação de dispensadores e disponibilização de álcool antisséptico 70° INPM nas cabines de cobrança das praças de pedágio pelas concessionárias de serviço público de rodovias e dá outras providências.	Parecer do Relator, Dep. Gutemberg Reis (MDB-RJ), pela rejeição.
PL 982/2022	Principal	Flávio Nogueira (PT-PI)	Normatiza a blindagem do teto solar de veículo automotor blindado de categoria particular e dá outras providências.	Parecer do Relator, Dep. Gutemberg Reis (MDB-RJ), pela rejeição deste, e do PL 607/2023, apensado.
PL 607/2023	Apensado	Sargento Gonçalves (PL-RN)	INSERE NA LEI N.º 9.503, DE 23 DE SETEMBRO 1997, O ART. 106-A.	
PL 2307/2022	Principal	Haroldo Cathedral (PSD-RR)	Dispõe sobre o transporte gratuito de mesários e jurados no exercício do múnus público, bem como, de testemunha e vítima oficialmente intimadas para comparecer em unidade jurisdicional ou de polícia judiciária.	Parecer do Relator, Dep. Gutemberg Reis (MDB-RJ), pela rejeição.

PL 4543/2023	Principal	Alberto Fraga (PL-DF)	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, para disciplinar o uso de caçambas, contêineres estacionários e semelhantes para recolhimento de entulho e lixo colocados em via pública, e dá outras providências.	Parecer da Relatora, Dep. Rosana Valle (PL-SP), pela aprovação.
PL 5142/2020	Principal	Senado Federal - Wellington Fagundes (PL-MT)	Denomina "Rodovia Ricardo Corrêa" o trecho da rodovia BR-158.	Parecer da Relatora, Dep. Rosana Valle (PL-SP), pela aprovação.
PDL 478/2023	Principal	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Aprova o texto atualizado da Convenção Internacional sobre Padrões de Instrução, Certificação e Serviço de Quarto para Marítimos (STCW-1978), incluindo o Anexo e a Parte A do seu respectivo código, em conformidade com as "Emendas de Manila", adotadas em 2010, no âmbito da Organização Marítima Internacional (OMI).	Parecer do Relator, Dep. Bruno Ganem (PODE-SP), pela aprovação.
PLP 22/2024	Principal	Hildo do Candango (REPUBLIC-GO)	Disciplina a remuneração mínima devida pelas empresas operadoras de aplicativos de transporte remunerado privado individual de passageiros em veículos automotores de quatro rodas aos seus motoristas.	Parecer do Relator, Dep. Mauricio Marcon (PODE-RS), pela rejeição.

17 de abril de 2024

Total: 5

Proposição	Principal/Apensado	Autor	Ementa/Explicação	Parecer
PL 3102/2015	Principal	Luis Tibé (PTdoB-MG)	Dispõe sobre os preços da alimentação em aeroportos. Explicação: Altera a Lei nº 7.565, de 1986.	Parecer do Relator, Dep. Neto Carletto (PP-BA), pela aprovação, com substitutivo.
PL 2902/2021	Principal	Kim Kataguirí (DEM-SP)	Dispõe sobre o acesso e a utilização de direção bióptica (bioptic driving) no Brasil, alterando o inciso XV do art. 12 do Código de Trânsito Brasileiro e dá outras providências.	Parecer do Relator, Dep. Neto Carletto (PP-BA), pela aprovação, com substitutivo.
PL 1503/2022	Principal	Darci de Matos (PSD-SC)	Disciplina a responsabilidade sobre os débitos anteriores a transferência de propriedade vinculados aos veículos automotores relativos aos tributos, aos encargos e às multas de trânsito. Explicação: Altera a Lei nº 9.503 de 1997.	Parecer do Relator, Dep. Gabriel Nunes (PSD-BA), pela aprovação.
PL 1821/2022	Principal	Charlles Evangelista (PP-MG)	Altera os incisos I e II do artigo 2º da Lei nº 12.009, de 29 de julho de 2009 para reduzir a idade mínima para o exercício da atividade dos profissionais em transporte de passageiros e mercadorias de 21 para 18 anos e simplificar o requisito referente à habilitação, suprimindo o tempo mínimo de 02 anos.	Parecer do Relator, Dep. Neto Carletto (PP-BA), pela aprovação deste, e do PL 412/2023, apensado, com substitutivo.

Proposição	Principal/Apensado	Autor	Ementa/Explicação	Parecer
PL 412/2023	Apensado	Yandra Moura (UNIÃO-SE)	Altera a Lei nº 12.009, de 29 de julho de 2009, para alterar a idade mínima necessária para o exercício das atividades dos profissionais em transporte de passageiros, "mototaxista", em entrega de mercadorias e em serviço comunitário de rua, e "motoboy", com o uso de motocicleta.	

10 de abril de 2024

Total: 7

Proposição	Principal/Apensado	Autor	Ementa/Explicação	Parecer
PL 5334/2019	Principal	Schiavinato (PP-PR)	Denomina "Viaduto Padre Hugo José Rhoden", o Viaduto situado no entroncamento da Rua Bagé com a BR-163, localizada no município de Quatro Pontes Estado do Paraná.	Parecer do Relator, Dep. Marco Brasil (PP-PR), pela aprovação.
PL 4487/2021	Principal	Ricardo Silva (PSB-SP) e Outro (s)	Denomina "FRANCISCO PEREIRA LADISLAU NETO" a Rodovia 393/ES, com início em Cachoeiro de Itapemirim (ES) e término na divisa do Espírito Santo com o Rio de Janeiro.	Parecer do Relator, Dep. Mauricio Neves (PP-SP), pela aprovação, com substitutivo.

PL 2434/2022	Principal	Paulo Bengtson (PTB-PA)	Acrescenta o art. 2º na Lei nº 14.126, de março de 2021, que classifica a visão monocular como deficiência sensorial, do tipo visual, concedendo a redução de 50% dos valores da taxa de renovação da carteira nacional de habilitação (CNH).	Parecer do Relator, Dep. Juninho do Pneu (UNIÃO-RJ), pela aprovação deste, e da Emenda Adotada pela Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, com substitutivo.
PL 2997/2023	Principal	Pompeo de Mattos (PDT-RS)	Altera a Lei nº 13.146, de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para dispor da validade indeterminada da credencial para utilização de vagas de estacionamento destinadas a veículos que transportem pessoa com deficiência permanente.	Parecer do Relator, Dep. Gabriel Nunes (PSD-BA), pela aprovação deste, e pela rejeição do PL 5056/2023, apensado.
PL 5056/2023	Apensado	Marcos Soares (UNIÃO-RJ)	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro) para prever placas de identificação especiais para veículos que transportem pessoa com transtorno do espectro autista.	
PL 4861/2023	Principal	Hugo Leal (PSD-RJ)	Dispõe sobre a adoção de uma política de incentivos visando à transição para a utilização de combustíveis com menores índices de emissões.	Parecer do Relator, Dep. Diego Andrade (PSD-MG), pela aprovação deste e das emendas de comissão EMC1/2023 e EMC2/2023, com emendas de relator.

PL 5095/2023	Principal	Charles Fernandes (PSD-BA)	Altera a Lei nº 5.603, de 1970, para denominar Rodovia Vasco Neto o trecho da rodovia BR-030 compreendido entre o Município de Mambaí, no Estado de Goiás, e o Município de Carinhanha, no Estado da Bahia.	Parecer do Relator, Dep. Gabriel Nunes (PSD-BA), pela aprovação.
--------------	-----------	----------------------------	---	--

20 de março de 2024

Total: 4

Proposição	Principal/Apensado	Autor	Ementa/Explicação	Parecer
PL 4140/2021	Principal	Dr. Leonardo (SOLIDARI-MT)	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para garantir melhor identificação, segurança e sinistros (NBR 10.697/2020), que envolvam especificamente, ambulância, com finalidade de diminuir as ocorrências de acidentes com o referido veículo de emergência.	Parecer da Relatora, Dep. Helena Lima (MDB-RR), pela aprovação, com substitutivo.
PL 1308/2023	Principal	Carlos Henrique Gaguim (UNIÃO-TO)	Denomina "Ponte Senador João Ribeiro" a ponte sobre o rio Tocantins, na BR-153/PA/TO, que interliga as cidades de Xambioá/TO e São Geraldo do Araguaia/PA.	Parecer do Relator, Dep. Vicentinho Júnior (PP-TO), pela rejeição deste e pela aprovação do PL 3397/2023, apensado, com substitutivo.
PL 3397/2023	Apensado	Lázaro Botelho (PP-TO)	Denomina "Ponte Siqueira Campos" à ponte que está sendo construída sobre o Rio Araguaia, na BR-153/PA/TO, localizada no município de Xambioá, Estado do Tocantins.	

PL 5000/2023	Principal	Mersinho Lucena (PP-PB)	Denomina "Viaduto Comerciante Otávio Bernardino da Silva" o viaduto localizado na rodovia BR-230, entre o km 37 e o km 38, no Município de Santa Rita, Estado da Paraíba.	Parecer do Relator, Dep. Delegado Fabio Costa (PP-AL), pela aprovação.
--------------	-----------	-------------------------	---	--

13 de março de 2024

Total: 2

Proposição	Principal/Apensado	Autor	Ementa/Explicação	Parecer
PL 195/2022	Principal	Sebastião Oliveira (AVANTE-PE)	Denomina "Túnel Jurandy Veloso Freire" o túnel situado no km 126 da BR-101, próximo ao Município de Escada/PE.	Parecer do Relator, Dep. Guilherme Uchoa (PSB-PE), pela aprovação, com substitutivo.
PL 991/2023	Principal	Pompeo de Mattos (PDT-RS)	Denomina "Viaduto Oniro Camilo" o viaduto localizado na BR-290, em Eldorado do Sul, que dá acesso aos municípios de Charqueadas e São Jerônimo, no Estado do Rio Grande do Sul.	Parecer da Relatora, Dep. Denise Pessôa (PT-RS), pela aprovação.

Requerimentos Apreciados

No ano de 2024, a Comissão de Viação e Transportes (CVT) apreciou **96 requerimentos**.

Número	Autor	Ementa/Explicação	Aprovação
REQ-1/2024	Cezinha de Madureira	Requer a apresentação de Projeto de Lei pela Comissão de Viação e Transportes com o intuito de tipificar como crime condutas de subtração de equipamentos de telecomunicações e fornecimento de energia, prejudiciais ao setor ferroviário, visando fortalecer a proteção e a integridade do sistema de transporte	13/03/24
REQ-2/2024	Cezinha de Madureira	Requer a realização do XXIV Seminário Brasileiro do Transporte Rodoviário de Cargas no âmbito da Comissão de Viação e Transportes.	13/03/24
REQ-3/2024	Marcos Tavares	Requer a realização de audiência pública, para discutir sobre a agenda do Ministério do Transporte para o ano de 2024, bem como os contratos de repactuação das concessões das rodovias.	20/03/24
REQ-4/2024	Neto Carletto	Requer reunião de audiência pública, tendo como tema o Aeroporto de Barreiras, no Estado da Bahia.	20/03/24
REQ-5/2024	Nicoletti	Requer a realização de Audiência Pública para promover discussões sobre a segurança no âmbito das ferrovias federais.	20/03/24

REQ-6/2024	Zé Trovão	Requer, nos termos do art. 29, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a criação de Subcomissão Especial do Transporte Rodoviário de Cargas no âmbito da Comissão de Viação e Transportes - CVT.	05/06/24
REQ-7/2024	Luiz Carlos Busato	Requer a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Viação e Transportes para debate e escolha de data em homenagem aos colecionadores e apreciadores de carros antigos - antigomobilista.	20/03/24
REQ-8/2024	Darci de Matos	Requer realização de mesa redonda na cidade de Joinville - SC para discutir o uso da área destinada à ação social e esportiva em área sob a gestão da JOINVILLE CCR Aeroportos	10/04/24
REQ-9/2024	Cristiane Lopes	Requer audiência pública no âmbito da Comissão de Viação e Transporte com a finalidade de discutir sobre problemas e soluções do transporte aéreo de passageiros: cancelamento e atrasos de voos, altos valores de passagens aéreas, abertura de mercado, bem como sobre a diminuição de voos na região Norte do país.	17/04/24
REQ-10/2024	Mauricio Marcon	Dispõe sobre a relação de trabalho intermediado por empresas operadoras de aplicativos de transporte remunerado privado individual de passageiros em veículos automotores de quatro rodas e estabelece mecanismos de inclusão previdenciária e outros direitos para melhoria das condições de trabalho.	10/04/24

REQ-11/2024	Nicoletti	Requerimento de audiência pública Segurança nas Ferrovias Federais - aditamento	10/04/24
REQ-12/2024	Alex Santana	Requer a realização de Audiência Pública, com o comparecimento do Ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Exmo. Senhor Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho, para debate e apresentação do Programa Nacional de Mobilidade Verde e Inovação – Programa Mover.	10/04/24
REQ-13/2024	Marcos Tavares	Requer informações ao Ministro de Portos e Aeroportos, junto a PortosRio (Companhia Docas do Rio de Janeiro), sobre os contratos e repasses dos portos.	17/04/24
REQ-14/2024	Abilio Brunini	Solicita ao Ministro das Cidades, informações sobre o VLT Cuiabá no âmbito do Novo Pac.	24/04/04
REQ-15/2024	Antonio Carlos Rodrigues	Requer a realização de audiência pública para debater os projetos previstos neste ano para o Aeroporto de Congonhas-SP.	10/04/24
REQ-16/2024	Gilberto Abramo	Requer a realização de visita técnica às estruturas das empresas aéreas Gol, Latam e Voepass em São Paulo – SP.	10/04/24
REQ-17/2024	Rafael Prudente	Requer a inclusão do Sr. João Sabino, Diretor de Políticas Públicas do iFood entre os convidados da audiência pública, ainda sem data designada nesta Comissão, para debater o PLP nº 12/2024 que dispõe sobre a relação de trabalho intermediado por empresas operadoras de aplicativos de transporte remunerado privado individual de passageiros em veículos automotores de quatro rodas e estabelece mecanismos de inclusão previdenciária e outros direitos para melhoria das condições de trabalho.	17/04/24

REQ-18/2024	Gutemberg Reis	Requer a inclusão de convidados para da Audiência pública para debater o PLP nº 12/2024 que dispõe sobre a relação de trabalho intermediado por empresas operadoras de aplicativos de transporte remunerado privado individual de passageiros em veículos automotores de quatro rodas e estabelece mecanismos de inclusão previdenciária e outros direitos para melhoria das condições de trabalho.	17/04/24
REQ-19/2024	Afonso Hamm	Requer a realização de Audiência Pública na Comissão de Viação e Transportes da Câmara dos Deputados, para debater sobre o valor da tarifa, nova licitação e o fim do contrato dos pedágios nas BR-116 e BR-392, no Estado do Rio Grande do Sul, pela Empresa Concessionária de Rodovias do Sul (Ecosul).	10/04/24
REQ-20/2024	Rosana Valle	Requer a realização de Audiência Pública desta Comissão para debater a respeito das condições de abastecimento de Combustíveis Marítimos no porto de Santos.	10/04/24
REQ-21/2024	Hugo Leal	Requer a realização de audiência pública com o objetivo de debater e propor soluções para a retomada da obra da Nova Subida da Serra (BR-040-RJ)	10/04/24
REQ-22/2024	Alexandre Lindenmeyer	Requer realização de audiência pública para discussão do Projeto de Lei nº 1584/2021, que estabelece diretrizes para o descomissionamento de estruturas offshore e reciclagem de embarcações.	17/04/24
REQ-23/2024	Mauricio Marcon	Requer, em aditamento ao REQ 10/2024 - CVT, a inclusão de convidado em audiência pública.	17/04/24

REQ-24/2024	Leônidas Cristino	Requer envio de requerimento ao Ministro de Estado dos Transportes solicitando informações acerca dos setores rodoviário, ferroviário e hidroviário.	17/04/24
REQ-25/2024	Neto Carletto	Requer aditamento ao Requerimento nº 04/2024, para substituir convidados para a audiência pública para apresentação e debate sobre o aeroporto de Barreiras/BA	17/04/24
REQ-26/2024	Duda Ramos	Requer o envio de Indicação ao Poder Executivo (Ministério dos Transportes/Agência Nacional de Transportes Terrestres) com a sugestão de avaliar a adoção da colocação obrigatória de equipamentos de segurança para enchentes e demais desastres naturais nos veículos de transporte interestadual e internacional de passageiros.	12/06/24
REQ-27/2024	Bebeto	Requer a realização de audiência pública para discutir os impactos da concessão da Rodovia Presidente Dutra do trevo das Margaridas até Seropédica.	24/04/24
REQ-29/2024	Leônidas Cristino	Requer envio de requerimento ao Ministro de Estado dos Portos e Aeroportos solicitando informações acerca do setor hidroviário.	24/04/24
REQ-30/2024	Hugo Leal	Requer que sejam convidados os membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC) para participação da audiência pública aprovada por meio do REQ nº 21/2024 com o objetivo de debater e propor soluções para a retomada da obra da Nova Subida da Serra (BR-040-RJ).	24/04/24

REQ-31/2024	Paulo Alexandre Barbosa	Requerimento de convite ao Presidente da Gol, Sr. Celso Ferrer e do Diretor-Presidente da ANAC, Sr. Tiago Sousa Pereira, em razão da última notícia veiculada na grande mídia acerca da morte do cão Joca, que morreu após falha em transporte aéreo, no dia 22/04/2024.	08/05/24
REQ-32/2024	Bruno Ganem	Requer a realização de audiência pública, no âmbito da CVT, para tratar das falhas que corroboraram na morte do cachorro da raça Golden Retriever, chamado Joca, durante o seu transporte aéreo realizado no dia 22/04/2024.	08/05/24
REQ-33/2024	Juninho do Pneu	Requer a constituição da Subcomissão Especial para acompanhamento, regulação e fiscalização das concessões de rodovias.	05/06/24
REQ-34/2024	Gilberto Abramo	Requer a realização de audiência pública sobre os gargalos e entraves burocráticos enfrentados pelo transporte rodoviário de cargas no Brasil.	15/05/04
REQ-35/2024	Gilberto Abramo	Requer a realização de audiência pública sobre os gargalos e entraves burocráticos enfrentados pelo setor portuário brasileiros.	15/05/24
REQ-36/2024	Abilio Brunini	Requer a realização de Visitas Técnicas de membros da Comissão de Viação e Transportes, com ônus para a Câmara dos Deputados, às cidades de Stirling na Austrália e Nanjing na China, para conhecer o modal Trackless Tram também conhecido como ART implantado em Stirling na Austrália.	15/05/24

REQ-37/2024	Renilce Nicodemos	Requer a realização de audiência pública para discutir questões relativas à duplicação e construção de viadutos e trevos rodoviários na BR-316, nos trechos dos municípios de Castanhal/PA, Benevides/PA e Santa Izabel/PA.	22/05/24
REQ-39/2024	Paulo Alexandre Barbosa	Requer, em aditamento ao REQ n° 35 de 2024 – CVT, a inclusão de convidado em audiência pública.	15/05/24
REQ-40/2024	Gilberto Abramo	Requer, em aditamento ao REQ n°34 de 2024 – CVT, a inclusão de convidado em audiência pública.	22/05/24
REQ-41/2024	Alencar Santana	Requer a realização de Seminário destinado a debater a construção do Contorno Ferroviário de Catanduva/SP, um dos objetos do contrato de concessão com a Rumo Logística.	22/05/24
REQ-42/2024	Zé Trovão	Requer a realização de Audiência Pública para apresentação dos dados da Pesquisa Perfil do Caminhoneiro Autônomo, realizada pela CNTA (Confederação Nacional dos Transportadores Autônomos), e debate sobre políticas públicas aos profissionais do transporte rodoviário de cargas.	05/06/24
REQ-43/2024	Paulo Alexandre Barbosa	Requer a realização de Audiência Pública para debater PLP 43/2024, que “Regulamenta a tributação dos combustíveis e lubrificantes previstos no inciso I, do §6º, do art. 156-A e art. 195, V, da Constituição Federal”.	28/05/24
REQ-44/2024	Gilberto Abramo	Requer a realização de audiência pública sobre os desafios e oportunidades da reforma tributária para o setor automotivo.	28/05/24

REQ-45/2024	Antonio Carlos Rodrigues	Requer a realização de reunião de audiência pública com o tema: Regulamentação de veículos autônomos –Aspectos legais e jurídicos.	05/06/24
REQ-46/2024	Leônidas Cristino	Requer a realização de visita técnica à Comissão Nacional das Autoridades nos Portos – CONAPORTOS.	05/06/24
REQ-47/2024	Paulo Alexandre Barbosa	Requer, em aditamento ao REQ n° 43 de 2024 – CVT, a inclusão de convidado em audiência pública.	12/06/24
REQ-48/2024	Ricardo Ayres	Requer a realização de Seminário, no Estado do Tocantins, para debater a logística e infraestrutura de transportes para o desenvolvimento da região Norte.	05/06/24
REQ-49/2024	Paulo Alexandre Barbosa	Requer a realização de Audiência Pública para debater o Marco Legal das Parcerias Público-Privadas (PPPs), PL n° 7.063 de 2017.	12/06/24
REQ-50/2024	Alex Santana	Requer a realização de Audiência Pública para debater a vulnerabilidade da segurança do transporte, doméstico e internacional, de bagagens nos aeroportos brasileiros, definir responsabilidades, avaliar a eficiência da fiscalização e identificar falhas que facilitam a violação, acréscimo ou troca de volumes e, também, a adulteração, substituição ou retirada de dispositivo de identificação de propriedade, condutas que estão sendo praticadas para o tráfico de drogas.	12/06/24

REQ-51/2024	Zé Trovão	Requer a realização de “Mesa Redonda” na Câmara de Vereadores de Joinville, no Estado de Santa Catarina, sobre o "Projeto de Lei Complementar 12/24, que regulamenta o trabalho de motorista de aplicativo para transporte de passageiro”.	12/06/24
REQ-52/2024	Gilberto Abramo	Requer a realização de audiência pública para debater o impacto da sonegação de impostos sobre combustíveis e suas consequências para o setor de transporte.	12/06/24
REQ-53/2024	Gilberto Abramo	Requer a realização de audiência pública para debater a concentração das operações ferroviárias no Brasil e suas implicações para o setor de transporte.	12/06/24
REQ-54/2024	Zé Trovão	Requer a realização de “Mesa Redonda” na Câmara de Vereadores de Joinville, no Estado de Santa Catarina, sobre o "Projeto de Lei Complementar 12/24, que regulamenta o trabalho de motorista de aplicativo para transporte de passageiro”.	12/06/24
REQ-55/2024	Leônidas Cristino	Requer a realização de Audiência Pública para discutir projetos, execuções e fiscalizações de obras do sistema de transporte no Brasil (Rodovia, Hidrovia, Ferrovia, Dutovia, Portos e Aeroportos).	12/06/24
REQ-56/2024	Alexandre Lindenmeyer	Requer realização de audiência pública para discussão dos direitos dos trabalhadores portuários e a Lei nº. 12.815/2013 (Lei dos Portos).	12/06/24
REQ-57/2024	Afonso Hamm	Requer a realização de Audiência Pública na Comissão de Viação e Transportes para debater as providências para a retomada do funcionamento do Aeroporto Internacional Salgado Filho de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul.	12/06/24

REQ-58/2024	Gilberto Abramo	Requer o envio de convite ao Sr. Jader Barbalho Filho, Ministro das Cidades, para realização de audiência pública com o intuito de prestar informações sobre as prioridades da Pasta para o ano de 2024.	19/06/24
REQ-59/2024	Gilberto Abramo	Requer o envio de convite à Sra. Marina Silva, Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, para realização de audiência pública com o objetivo de debater a demora na expedição de licenças ambientais para o setor de transporte e os projetos do governo sobre o tema.	19/06/24
REQ-60/2024	Gilberto Abramo	Requer, em aditamento ao REQ nº52 de 2024 – CVT, a inclusão de convidados em audiência pública.	19/06/24
REQ-61/2024	Cristiane Lopes	Requer audiência pública no âmbito da Comissão de Viação e Transporte com a finalidade de discutir sobre a reconstrução da BR-319 - Porto Velho/Manaus e a Duplicação da BR-364 no Estado de Rondônia.	03/07/24
REQ-63/2024	Zé Trovão	Requer a realização de Audiência Pública para discutir a taxaçoão da importação de pneus para caminhões.	03/07/24
REQ-65/2024	Paulo Alexandre Barbosa	Requerimento de Aditamento de Convidados para a Audiência Pública referente ao Requerimento n. 49 de 2024.	03/07/24
REQ-66/2024	Hugo Leal	Requer a realização de audiência pública com o objetivo de debater e propor soluções para a implantação do sistema de livre passagem (Free-Flow) nas vias brasileiras.	03/07/24

REQ-68/2024	Ricardo Ayres	Requer a realização de Seminário, em Paraíso do Tocantins, no estado do Tocantins, para debater os impactos da federalização e duplicação da TO-080, conforme propõe o PL 4.420/2019.	28/08/24
REQ-69/2024	Ricardo Ayres	Requer a realização de Seminário, no distrito de Luzimangues, do município de Porto Nacional, no estado do Tocantins, para debater os impactos da federalização e duplicação da TO-080, conforme propõe o PL 4.420/2019.	28/08/24
REQ-70/2024	Ricardo Ayres	Requer a realização de Seminário, em Palmas, capital do estado do Tocantins, para debater os impactos da federalização e duplicação da TO-080, conforme propõe o PL 4.420/2019.	28/08/24
REQ-71/2024	Gilberto Abramo	Requer a realização de audiência pública para debater a falta de orçamento para investimentos em ferrovias no Brasil.	14/08/24
REQ-72/2024	Ricardo Ayres	Requer o envio de Indicação ao Poder Executivo, relativa à inclusão de trecho rodoviário na relação descritiva das rodovias pertencentes ao Subsistema Rodoviário Federal.	28/08/24
REQ-73/2024	Ricardo Ayres	Requer o envio de Indicação ao Poder Executivo, relativa à inclusão de trecho rodoviário na relação descritiva das rodovias pertencentes ao Subsistema Rodoviário Federal.	28/08/24
REQ-74/2024	Gilberto Abramo	Requer a realização de audiência pública para debater os impactos e perspectivas das renegociações das concessões rodoviárias.	14/08/24

REQ-75/2024	Denise Pessoa	Requerem a realização de Audiência Pública no âmbito dessa Comissão para discutir o impacto ambiental das atividades do setor ferroviário no Brasil.	14/08/24
REQ-76/2024	Denise Pessoa	Requerem a realização de Audiência Pública no âmbito dessa Comissão para discutir o Marco Legal das Ferrovias no Brasil.	14/08/24
REQ-77/2024	Denise Pessoa	Requerem a realização de Audiência Pública no âmbito dessa Comissão para discutir as Operações Ferroviárias realizadas em território brasileiro.	14/08/24
REQ-78/2024	Denise Pessoa	Requerem a realização de Audiência Pública no âmbito dessa Comissão para discutir a Segurança Viária, Patrimonial e Social do Setor Ferroviário no Brasil.	14/08/24
REQ-79/2024	Denise Pessoa	Requerem a realização de Audiência Pública nessa Comissão para discutir o Ordenamento Territorial e a mobilidade Urbana, no âmbito do Setor Ferroviário brasileiro.	14/08/24
REQ-80/2024	Gilberto Abramo	Solicita a realização do Primeiro Seminário Internacional de Cooperação e Inovação no Setor Portuário.	14/08/24
REQ-81/2024	Diego Andrade	Requer, em aditamento ao REQ. 56/2024-CVT, a inclusão de convidado em audiência pública destinada a debater os direitos dos trabalhadores portuários.	14/08/24
REQ-85/2024	Ricardo Ayres	Requer seja formada comitiva para representar este colegiado em missão oficial na 29ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP29), a realizar-se em Baku, Azerbaijão, entre 11 a 22 de novembro de 2024.	28/08/24
REQ-86/2024	Zé Trovão	Requer, em aditamento ao REQ. 63/2024-CVT, a inclusão de convidados na audiência pública destinada a debater a taxaçoão da importação de pneus para caminhões.	28/08/24

REQ-87/2024	Paulo Alexandre Barbosa	Requer a realização de audiência pública para debater as secas no Norte e Nordeste do Brasil e seus impactos na navegabilidade e operação dos portos do Arco Norte.	16/10/24
REQ-88/2024	Bebeto	Requer a realização de Audiência Pública para discutir o impacto do roubo de cargas no Brasil com foco no Rio de Janeiro.	16/10/24
REQ-89/2024	Zé Trovão	Requer a realização de Audiência Pública para discutir a segurança pública nas rodovias brasileiras e o aumento no número de roubos de cargas.	16/10/24
REQ-90/2024	Zé Trovão	Requer a realização de Audiência Pública para discutir a essencialidade dos Caminhões Semi-Leves para fins de tributação.	16/10/24
REQ-91/2024	Juninho do Pneu	Requer a realização de visita técnica as obras da Rodovia Presidente Dutra (BR-116), pela Comissão de Viação e Transportes, a ser realizado no dia 2 de dezembro do corrente ano.	16/10/24
REQ-92/2024	Zé Trovão	Requer o aditamento ao requerimento, REQ nº 89/2024 – CVT, de minha autoria, para inclusão de convidados na realização de audiência pública, para discutir a segurança pública nas rodovias brasileiras e o aumento no número de roubos de cargas.	30/10/24
REQ-93/2024	Neto Carletto	Requer a realização de audiência pública para discutir questões relativas à duplicação e outras benfeitorias da rodovia BR-101 no Estado da Bahia.	19/11/24
REQ-94/2024	Gilberto Abramo	Requer autorização para a confecção do “Relatório Anual de Atividades da Comissão de Viação e Transporte”, referente ao ano legislativo de 2024.	04/12/24
REQ-95/2024	Afonso Hamm	Requer aditamento ao Requerimento Nº 19/2024, do Sr. Afonso Hamm (PP-RS), para transformar a Audiência Pública para debater sobre o fim do contrato dos pedágios nas BR-116 e BR-392, no Rio Grande do Sul, pela Empresa Concessionária de Rodovias do Sul (Ecosul) em “Mesa Redonda na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.”	04/12/24
REQ-96/2024	Jonas Donizette	Requer informações ao Ministro dos Portos e Aeroportos, no âmbito da Agencia Nacional de Aviação Civil (ANAC), sobre os estudos relativos à relicitação do Aeroporto Internacional de Viracopos a nova consulta pública.	04/10/04

Audiências Públicas

Neste relatório anual, destacamos algumas das principais audiências públicas realizadas entre as 24 promovidas pela Comissão de Viação e Transportes ao longo de 2024. Essas sessões, marcadas por discussões de grande relevância nacional, abordaram temas cruciais para o desenvolvimento e aprimoramento do setor de transportes no Brasil. Cada uma das audiências reflete o compromisso da comissão em promover debates transparentes e produtivos, sempre com o objetivo de contribuir para o bem-estar e o progresso da sociedade brasileira.



Aplicativos de transporte de passageiros - 24/04/2024

(PLP 12/24)

A audiência pública discutiu o Projeto de Lei Complementar nº 12, de 2024, que regula as relações de trabalho intermediadas por empresas de aplicativos de transporte remunerado privado individual de passageiros. A sessão abordou divergências significativas entre motoristas e as empresas de aplicativos. Os motoristas expressaram preocupação com a remuneração insuficiente para cobrir seus custos operacionais, além de criticar a falta de diálogo com todas as partes interessadas no processo de regulamentação. A audiência permitiu que essas questões fossem discutidas abertamente, destacando a necessidade de um debate mais inclusivo para equilibrar os interesses dos trabalhadores e das plataformas.

Requerentes:

REQ nº 10/2024 - Deputado Mauricio Marcon, subscrito pelo Dep. Daniel Trzeciak

REQ nº 17/2024 - Deputado Rafael Prudente, subscrito pelo Dep. Leônidas Cristino

REQ nº 18/2024 - Deputado Gutemberg Reis, subscrito pelo Dep. Leônidas Cristino



Morte do cachorro Joca em voo da Gol Linhas Aéreas 14/05/2024

O caso trouxe à tona questões críticas sobre a segurança e o bem-estar dos animais transportados por via aérea, destacando falhas nas práticas atuais da companhia e a necessidade urgente de regulamentações mais rigorosas. A audiência permitiu que representantes da ANAC, defensores dos direitos dos animais, e a própria companhia aérea fossem ouvidos, promovendo um debate amplo e transparente sobre as responsabilidades e melhorias necessárias no transporte de animais.

Requerentes:

REQ nº 31/2024 - Deputado Paulo Alexandre Barbosa, subscrito pelos deputados Marco Brasil e Bruno Ganem

REQ nº 32/2024 - Deputado Bruno Ganem



Principais gargalos e entraves burocráticos no setor portuário brasileiro - 21/05/2024

A audiência pública sobre os principais gargalos e entraves burocráticos no setor portuário brasileiro discutiu várias questões cruciais que afetam diretamente a eficiência do setor. Entre os principais pontos levantados, foram destacados o contingenciamento de recursos, a falta de investimentos consistentes, além de dificuldades operacionais e burocráticas. Mesmo com o crescimento das exportações brasileiras, o governo contingenciou R\$ 52,29 milhões dos R\$ 639 milhões inicialmente destinados aos portos e hidrovias em 2024, o que prejudicou projetos de modernização e expansão.

Outro aspecto importante debatido foi a escassez de mão de obra qualificada e o número insuficiente de servidores públicos responsáveis por serviços essenciais nas operações portuárias. A burocracia foi citada como um entrave significativo, incluindo complicações no licenciamento ambiental, que afeta a implementação de melhorias e ampliações nas infraestruturas portuárias. O debate reforçou a necessidade de modernizar o setor por meio de parcerias público-privadas e otimizar processos para manter o Brasil competitivo no comércio internacional.

Requerentes:

REQ nº 35/2024, Deputado Gilberto Abramo

REQ nº 39/2024, Deputado Paulo Alexandre Barbosa



Segurança no âmbito das ferrovias federais - 04/06/2024

A audiência pública discutiu os desafios relacionados à segurança nas ferrovias federais, abordando o uso dessas malhas por organizações criminosas para o transporte de drogas, armas e outros ilícitos. Além disso, a grande quantidade de carga furtada ou roubada anualmente foi destacada como um problema significativo. A falta de estrutura adequada para garantir a segurança tanto das pessoas quanto das mercadorias foi um dos principais pontos debatidos. Durante a sessão, foi enfatizada a necessidade urgente de estruturar a Polícia Ferroviária Federal para melhorar a segurança nas ferrovias, que desempenham um papel vital no transporte de cargas no Brasil

Requerentes:

REQ nº 5/2024, Deputado Nicoletti, subscrito pelo deputado Marco Brasil

REQ nº 11/2024, Deputado Nicoletti, subscrito pelos deputados Hugo Leal e Marco Brasil



Reciclagem de embarcações - 18/06/2024

(PL 1584/21)

A audiência pública discutiu a proposta de lei que estabelece diretrizes para o descomissionamento de plataformas offshore e a reciclagem de embarcações. O projeto prevê a gestão de materiais perigosos e traz orientações para os diversos atores envolvidos no processo. A audiência destacou a crescente demanda por reciclagem de embarcações, tanto de plataformas de petróleo quanto de navios mercantes e militares, com o Brasil se posicionando como um dos maiores mercados de descomissionamento offshore nos próximos anos.

Durante o debate, foram levantados aspectos técnicos, econômicos, ambientais e regulatórios, com foco na necessidade de garantir uma atuação segura e sustentável. Foi mencionada a importância de o Brasil estar alinhado com a Convenção de Hong Kong, que define padrões internacionais de segurança e proteção ambiental para a reciclagem de navios.

A audiência também abordou a criação de medidas indutoras e linhas de financiamento para incentivar a indústria de reciclagem, além da necessidade de uma definição clara sobre o destino e a responsabilidade dos materiais perigosos.

Requerente:

REQ nº 22/2024 - Deputado Alexandre Lindenmeyer



Impactos da sonegação de impostos sobre combustíveis nos transportes - 02/07/2024

A audiência pública discutiu como a sonegação de impostos sobre combustíveis afeta gravemente o setor de transportes, gerando distorções de mercado e prejudicando empresas que atuam de forma ética. A concorrência desleal causada por empresas que evitam o pagamento de impostos foi apontada como uma das principais consequências, resultando em aumento dos custos operacionais e possível queda na qualidade dos serviços oferecidos. Além disso, a sonegação reduz significativamente os recursos públicos disponíveis, que poderiam ser utilizados para investimentos em infraestrutura e apoio ao setor de transporte. A sessão também destacou a importância de medidas rigorosas para combater esse problema, com foco em maior fiscalização e responsabilização das empresas infratoras.

Requerente:

REQ nº 52/2024 - Deputado Gilberto Abramo



Sistema de livre passagem (free-flow) nas vias brasileiras

09/07/2024

A audiência pública discutiu a implantação do sistema de livre passagem (free-flow) nas rodovias brasileiras, um modelo de cobrança eletrônica de tarifas que elimina as praças de pedágio tradicionais. Esse sistema foi introduzido pela Lei nº 14.157/2021 e já está em funcionamento em caráter experimental em trechos da BR-101 e RS-122. Durante o debate, foram levantadas preocupações em relação ao grande número de multas por evasão de pedágio, especialmente no trecho Rio-Santos, que registrou mais de 846 mil multas entre 2023 e março de 2024. A revisão da regulamentação foi apontada como necessária para evitar falhas no sistema e garantir uma implementação mais eficaz. Além disso, representantes do setor de transporte destacaram os benefícios do free-flow, como a melhoria da fluidez do tráfego e a redução de custos operacionais nas estradas.

Requerente:

REQ nº 66/2024 - Deputado Hugo Leal



Concentração das operações ferroviárias no Brasil e suas implicações 11/09/2024

A audiência pública discutiu os impactos da concentração das operações ferroviárias no Brasil, destacando problemas como a falta de competição, tarifas elevadas e baixa transparência das concessionárias. Representantes de usuários de transporte de carga, como a ANUT e a ABIOVE, apontaram a alta das tarifas acessórias, que podem representar mais de 60% do custo do transporte, além da recusa frequente de atendimento em operações esporádicas.

As concessionárias, representadas por empresas como a Vale, afirmaram que estão realizando investimentos significativos para ampliar a capacidade e melhorar a operação. A ANTT e o Ministério dos Transportes destacaram planos para regulamentar as tarifas acessórias e aumentar a interoperabilidade entre trens de carga e passageiros, visando maior equilíbrio no setor.

Requerente:

REQ nº 53/2024 - Deputado Gilberto Abramo



Vulnerabilidade da segurança do transporte de bagagens nos aeroportos – 11/12/2024

A audiência pública debateu a vulnerabilidade da segurança no transporte de bagagens nos aeroportos brasileiros, tema de grande relevância nacional. A audiência foi motivada por casos como o ocorrido com as brasileiras Kátyna Baía de Oliveira e Jeanne Paolini, que, em março de 2023, foram presas na Alemanha após terem suas etiquetas de bagagem trocadas por criminosos no Aeroporto Internacional de Guarulhos, resultando no transporte involuntário de substâncias ilícitas.

Durante o debate, foram discutidos pontos cruciais, como a definição de responsabilidades entre autoridades aeroportuárias e companhias aéreas, a avaliação da eficiência dos procedimentos de fiscalização e segurança e a identificação de falhas que permitem a violação, troca ou adulteração de bagagens e etiquetas. O objetivo central foi propor medidas para aprimorar os protocolos de segurança e prevenir ações criminosas, garantindo maior proteção aos passageiros contra riscos semelhantes.

Requerente:

REQ nº 50/2024 - Deputado Alex Santana



Seminários

No ano de 2024, a Comissão de Viação e Transportes promoveu a realização de quatro seminários, abordando temas estratégicos e reunindo especialistas, autoridades e representantes do setor.



XXIII Seminário Brasileiro do Transporte Rodoviário de Cargas

O XXIII Seminário Brasileiro do Transporte Rodoviário de Cargas, realizado em 08 de maio de 2024, reuniu representantes do setor, autoridades governamentais e especialistas para discutir os impactos da reforma tributária sobre o transporte de cargas no Brasil. Organizado pela Comissão de Viação e Transportes da Câmara dos Deputados em parceria com a NTC&Logística, o evento destacou como as mudanças no sistema tributário podem influenciar diretamente os custos operacionais, a competitividade do setor e a sustentabilidade das empresas de transporte.

Durante o painel principal, os palestrantes discutiram os desafios impostos pela Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 45/2019, que visa simplificar o sistema tributário brasileiro. Representantes como o Deputado Luiz Gastão e especialistas jurídicos, como Valdete Marinheiro e Alessandra M. Brandão Teixeira, ressaltaram que, apesar da necessidade de reforma, é crucial evitar o aumento da carga tributária sobre o transporte rodoviário, um setor já impactado por altos custos operacionais, especialmente com combustíveis e manutenção.

Os debatedores também destacaram a importância de garantir que a reforma traga uma maior eficiência para o setor, ao mesmo tempo em que reduz a burocracia, promove a modernização da infraestrutura e protege os pequenos e médios transportadores. O evento reforçou a necessidade de diálogo constante entre o governo e o setor privado para que a reforma atenda às necessidades do mercado, sem prejudicar a competitividade e o desenvolvimento econômico.



Mario Agra / Câmara dos Deputados

Contorno ferroviário de Catanduva/SP

Em 4 de julho de 2024, a Comissão de Viação e Transportes realizou, por requerimento do deputado Alencar Santana (PT/SP), um seminário na cidade de Catanduva/SP para debater a construção do Contorno Ferroviário de Catanduva, previsto no contrato de concessão com a Rumo Logística. Participaram representantes de órgãos públicos, como a ANTT, o Ministério dos Transportes e a Advocacia-Geral da União, além de autoridades estaduais e municipais, entidades civis e a concessionária Rumo Logística.

O seminário foi motivado pela substituição do projeto original do contorno ferroviário por uma proposta alternativa que prevê 15 intervenções, incluindo viadutos, pontilhões e passarelas, todas localizadas no perímetro urbano da cidade. Durante os debates, foram analisados os impactos sociais, ambientais e econômicos dessa mudança e destacada a preocupação da população com a permanência dos trilhos na área central, contrariando o objetivo inicial de desviar o tráfego ferroviário.

A discussão reforçou a necessidade de reavaliar o projeto, garantindo que as intervenções atendam aos anseios da comunidade local e promovam melhorias efetivas na mobilidade urbana e na qualidade de vida. A Comissão reafirmou seu compromisso em atuar como mediadora entre os diversos atores envolvidos e em buscar soluções que contemplem tanto os interesses locais quanto as demandas de infraestrutura ferroviária nacional



Logística e infraestrutura de transportes para a Região Norte

Em 22 de julho de 2024, a Comissão de Viação e Transportes da Câmara dos Deputados, atendendo ao requerimento do deputado Ricardo Ayres (Republicanos-TO), realizou em Palmas, Tocantins, o seminário *"Logística e Infraestrutura de Transportes para o Desenvolvimento da Região Norte"*.

As discussões abordaram temas como o desenvolvimento de conexões do transporte aquaviário, a criação de corredores logísticos inteligentes e a descarbonização no setor de transportes.

O seminário enfatizou a posição estratégica do Tocantins como centro intermodal para a distribuição e escoamento da produção entre as macrorregiões do Brasil, destacando a necessidade de investimentos em malhas rodoviárias, ferroviárias, hidroviárias e aeroviárias para impulsionar o desenvolvimento econômico e social da região Norte.

O evento reforçou a importância de uma agenda conjunta entre os setores público e privado, com foco no desenvolvimento sustentável e na modernização da infraestrutura. O fortalecimento da logística regional foi apontado como essencial para ampliar a competitividade econômica, integrar o Norte ao restante do país e melhorar a qualidade de vida da população local.



1º Seminário Internacional de Cooperação e Inovação no Setor Portuário

Realizado em 26 de novembro de 2024, por iniciativa do deputado Gilberto Abramo (Republicanos-MG), o 1º Seminário Internacional de Cooperação e Inovação no Setor Portuário reuniu autoridades nacionais e internacionais no Auditório Nereu Ramos. Entre os participantes, destacaram-se os embaixadores Guillermo Valles, do Uruguai, Juan Angel Delgadillo, do Paraguai, Guillermo Daniel Raimondi, da Argentina, e André Driessen, dos Países Baixos.

O seminário teve como objetivo promover o intercâmbio de conhecimentos e fortalecer a cooperação internacional no setor portuário. Foram debatidos temas estratégicos, como o desenvolvimento das hidrovias Uruguai-Brasil e Paraguai-Paraná, além da aplicação de inovações tecnológicas voltadas para portos verdes e inteligentes, buscando modernizar as operações e torná-las mais sustentáveis.

O evento proporcionou um ambiente de diálogo e troca de experiências entre países, com foco na implementação de soluções inovadoras capazes de tornar as operações portuárias brasileiras mais eficientes e competitivas no cenário global. Ao final, destacou-se a importância de investimentos em tecnologias avançadas e práticas sustentáveis como ferramentas fundamentais para aprimorar a infraestrutura portuária, impulsionar o comércio exterior e contribuir para o desenvolvimento econômico do país.



Mesas Redondas

Em 2024, a Comissão de Viação e Transportes realizou três mesas-redondas, proporcionando um espaço de diálogo técnico e qualificado sobre temas essenciais para o aprimoramento da infraestrutura e da logística de transportes no Brasil.



Uso de área esportiva perto do aeroporto de Joinville/SC

Requerente:

REQ nº 8/2024 - Deputado Darci de Matos

Data:

02/05/2024

Convidados:

- Ricardo Mafra, Secretário de Administração de Joinville - SC;
- Douglas Steffen, Secretário de Esportes de Joinville - SC;
- Diego Machado, Presidente da Câmara de Vereadores de Joinville-SC;
- Vanderlei Alexandre, Presidente do Minasil Esporte Clube;
- Nelson de Oliveira Cercal, Presidente do Aviação Futebol Clube.



Regulamentação do trabalho de motorista de aplicativo (PLP 12/24)

Requerente:

REQ nº 54/2024 - Deputado Zé Trovão

Data:

21/06/2024

Convidados:

- Wagner Antonio de Mira, Presidente da Associação dos motoristas de aplicativo de Joinville AmascJoinville;
- Allan Puga, Presidente da Associação dos Motoristas de Aplicativo de Santa Catarina - Amasc;
- Fernando Modesto Dutra, Vice-Presidente da Associação dos Motoristas de Aplicativo de Santa Catarina - Amasc;
- Paulo Xavier Junior, Presidente da Federação dos Motoristas por Aplicativos do Brasil - FEMBRAPP;
- Evandro Henrique Roque Pereira, Federação dos Motoristas por Aplicativos do Brasil - FEMBRAPP;
- Denis de Sousa Moura, Diretor de Comunicação da Federação dos Motoristas por Aplicativos do Brasil - FEMBRAPP;
- Maria Lúcia Silva Sonnestrahl, Movinmapp;
- Renato Vandré Bertis, Presidente da Associação dos trabalhadores de aplicativos de Londrina e região - AMOTRA;
- Sergio Guerra Correa, Motorista de aplicativo;
- Luciana Marçura, Aplicativo Lady Driver;
- Eduardo Lima de Souza, Associação dos Motoristas de Aplicativos de São Paulo - Amasp.



Fim do contrato dos pedágios da Ecosul na BR-116 e na BR-392

Requerente:

REQ nº 95/2024 - Deputado Afonso Hamm

Data:

09/12/2024

Convidados:

- Renan Filho, Ministro dos Transportes;
- Rafael Vitale Rodrigues, Diretor Geral da ANTT;
- Fabricio de Oliveira Galvão, Diretor Geral do DNIT/RS;
- Marcus Vinicius Almeida, Deputado Estadual (PP/RS) e Presidente da frente parlamentar de desenvolvimento da metade Sul;
- Afrânio Rogério Kieling, Presidente da FETRANSUL;
- Eduardo Leite, Governador do Estado do Rio Grande do Sul;
- Claudio Bueno Pinheiro, Presidente do SETCESUL – Sindicato das empresas de transportes rodoviários de cargas do Extremo Sul;
- Luiz Carlos Bohn, Fecomercio/RS.



Visitas Técnicas

Em 2024, a Comissão de Viação e Transportes realizou três visitas técnicas que permitiram verificar, de forma direta, as condições de obras e serviços relacionados à infraestrutura de transportes, subsidiando as discussões e decisões legislativas da Comissão. A seguir, apresentamos um resumo das visitas realizadas.



Visita técnica às instalações da Gol, Latam e Voepass em Congonhas

A visita técnica realizada em 13 de junho de 2024 às instalações da Gol, Latam e Voepass no Aeroporto de Congonhas teve como objetivo avaliar as operações das companhias aéreas e entender os desafios enfrentados no setor. Organizada pela Comissão de Viação e Transportes em parceria com a Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear), a visita proporcionou uma visão detalhada das rotinas operacionais, desde o planejamento até a execução dos voos.

Durante o encontro, foram discutidos temas cruciais, como infraestrutura aeroportuária, segurança operacional e eficiência dos serviços prestados. A interação entre os parlamentares e os executivos das companhias permitiu o estabelecimento de um diálogo mais efetivo sobre as políticas públicas necessárias para melhorar a qualidade e segurança do transporte aéreo no Brasil. A visita também ajudou a identificar áreas em que o poder legislativo pode atuar para fomentar melhorias no setor e garantir que as empresas possam operar com maior eficiência e competitividade.



Visita técnica ao aeroporto de Guarujá e ao Porto de Santos

No dia 29 de novembro de 2024, foi realizada uma visita técnica ao Aeroporto de Guarujá e ao Porto de Santos, conforme o Requerimento nº 84/2024, de autoria do deputado Paulo Alexandre Barbosa. A visita contou com a presença de autoridades locais, como o prefeito eleito do Guarujá, Faria Madi, e o prefeito de Santos, Rogério Santos, além de representantes da Comissão e demais convidados.

No Aeroporto de Guarujá, a comitiva verificou o andamento das obras do Aeroporto Civil Metropolitano, que incluem a reforma da pista, áreas de taxiamento e construção de um terminal provisório. O projeto é considerado fundamental para o desenvolvimento regional, com previsão de atender aeronaves de médio porte, facilitando a conexão aérea na Baixada Santista.

Em seguida, a visita ao Porto de Santos permitiu avaliar in loco as operações e a infraestrutura do maior complexo portuário da América Latina, responsável por aproximadamente 28% da balança comercial brasileira. O Porto de Santos tem registrado recordes de movimentação de cargas, reforçando sua importância estratégica para o comércio exterior e o desenvolvimento econômico do país.

A visita técnica proporcionou à Comissão uma análise detalhada de dois pontos essenciais para a infraestrutura e logística nacional, contribuindo para o debate sobre investimentos e melhorias necessárias no setor.



Visita técnica para fiscalização das obras da Rodovia Presidente Dutra/RJ

Em 2 de dezembro de 2024, a Comissão de Viação e Transportes realizou uma visita técnica às obras da Rodovia Presidente Dutra (BR-116), conforme o Requerimento nº 91/2024, de autoria do deputado Juninho do Pneu (União/RJ).

O itinerário contemplou pontos críticos da rodovia, como o Trevo das Margaridas, o Viaduto da Linha Vermelha na Pavuna, o Posto 13 no km 182 e a entrada de Queimados.

A Rodovia Presidente Dutra é uma das principais vias de ligação entre São Paulo e Rio de Janeiro, sendo vital para o transporte de pessoas e mercadorias. As obras em andamento, com investimentos significativos, visam ampliar a capacidade e melhorar a segurança da rodovia. Dentre as intervenções, destaca-se a construção de um novo traçado na Serra das Araras, iniciada em abril de 2024, com previsão de conclusão em 2029.

A visita técnica permitiu aos participantes avaliar o progresso das obras e discutir soluções para desafios locais, reforçando o compromisso com a melhoria da infraestrutura rodoviária e a segurança dos usuários.



Números CVT 2024

Matérias apreciadas

Tipo	Quantidade
PDL	5
PL	156
PLP	21
REQ	96
Total	278

*Considerando os projetos apensados

Eventos realizados

Evento	Quantidade
Reunião Deliberativa	23
Audiência Pública	24
Seminário	4
Mesa Redonda	3
Visita Técnica	3
Reunião de Instalação e Eleição	1
Total	58

Equipe Técnica

Comissão de Viação e Transportes

Secretária-Executiva

Rita Rocha Fukuhana de Carvalho

Chefe do Serviço de Comissão

Graziela Pontes Veloso

Chefe da Seção de Gestão de Proposição

Raimundo José Alves

Giovanna Siessere Gugelmin

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Anexo II, Pav. Superior Ala A, sala 173 CEP 70160-900 – Brasília/DF

Telefones: (61) 3216-6850/6858

cvt@camara.leg.br